

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**EMPRÉSTIMOS LINGÜÍSTICOS NOS LIVROS DIDÁTICOS
DE PORTUGUÊS**

Ana Cristina Barbosa da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Lingüística.

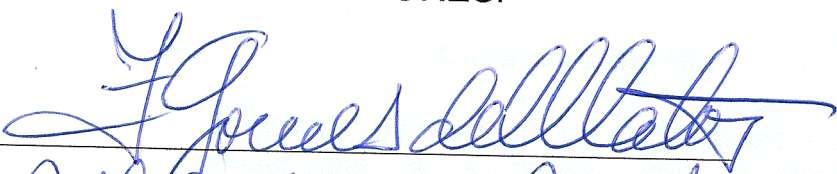
Orientadora: Prof^a Dr^a Nelly Medeiros de Carvalho

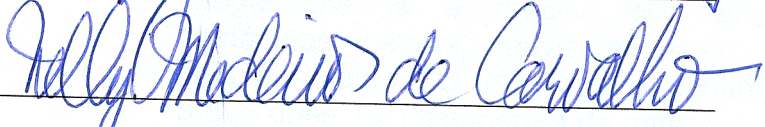
Recife, junho de 2003

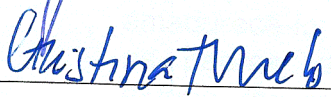
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**EMPRÉSTIMOS LINGÜÍSTICOS NOS LIVROS DIDÁTICOS
DE PORTUGUÊS**

EXAMINADORES:







Francisco Gomes de Matos

Nelly Medeiros de Carvalho

Cristina Teixeira Vieira de Melo

Ana Cristina Barbosa da Silva

Cada um é um Rio

“O grande objetivo do rio é tornar-se mar. Para chegar até lá é preciso que encare muitos obstáculos: pedras, serras, barragens construídas pela tecnologia... O rio não pára, caminha. Ele sabe o que quer. As intempéries da natureza servem para amadurecê-lo; torná-lo mais forte. (...) As barreiras, as pedras, as intempéries também existem no mundo das pessoas. O importante é que cada um saiba, como o rio, romper, vencer, contornar os obstáculos, tendo um ideal que o impulsiona, lançando-o para a frente e para o alto...”

(Vicente Carvalho)

Dedico este trabalho a:

José Barbosa e Avelina Felix, meus pais, que sempre me deram força e compreenderam os momentos de minha ausência durante a trajetória.

todas as pessoas, parentes e amigos, que me ajudaram de forma direta ou indireta e tiveram paciência nos momentos da produção científica.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter possibilitado *mais* essa grande vitória.

À Prof^a Dr^a Nelly Medeiros de Carvalho, pela sua significativa atuação como orientadora que me dispensou compreensão e paciência, além de fazer despertar segurança durante todo processo de elaboração científica.

Ao Prof^o Dr. Francisco Gomes de Matos, pela sua grande colaboração na execução do trabalho.

À Prof^a Dr^a Angela Paiva Dionísio, pelas valiosas sugestões.

Aos demais Professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE.

A Diva e Eraldo, pela atenção de atender às solicitações.

À Prof^a (quase doutora) Vera Moura, pela força antes e durante o meu percurso no mestrado e que sempre está disposta a me orientar diante das minhas dúvidas.

A Secretaria de Educação do Estado e do Recife, que possibilitaram afastamento para cursar o mestrado.

A Ivone Araújo, amiga, pela sua colaboração na confecção de alguns trabalhos.

A Joselito José e Ana Helena, irmão e cunhada, pela ajuda na confecção de trabalho para apresentação em congresso.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo verificar a forma de adoção dos empréstimos lingüísticos em textos de livros didáticos de português (LDP) e como esse fenômeno lingüístico é abordado nesses materiais. Para isso, foram analisados 5 coleções da 5ª a 8ª série do ensino fundamental, totalizando 20 livros didáticos. A pesquisa procura também mostrar que os empréstimos lingüísticos ocorrem em todas as línguas naturais e que, assim como aparecem nos LDP, estão presentes em textos propagados em vários lugares e, que, por isso, merecem ser estudados para melhor entendermos esse processo lingüístico tão polêmico e desmistificarmos alguns mitos sobre o seu uso. No *corpus* analisado, verificamos que o fenômeno ocorreu com muita freqüência nos textos, mas foi abordado de forma superficial, merecendo, portanto, uma atenção mais cuidadosa pelos autores dos materiais.

ABSTRACT

This research aims to analyse how textbooks for the teaching of Portuguese as a native language deal with borrowing. So five textbook series, comprising 20 volumes, were analysed. The research also shows that borrowings occur in all languages, that they can be found in educational materials and in several places, therefore, the process should be investigated in depth so that we can understand it and be prepared to dispel myths concerning its use. In the corpus, borrowing was found frequently in the text but it was dealt with greater superficially. Authors of such teaching materials should devote attention in their books to the important process of borrowing.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. EMPRÉSTIMO LINGÜÍSTICO: IDEOLOGIA	
1.1 Língua como Prática Social.....	13
1.2 A Visão de uma Língua Homogênea.....	22
1.3 Política da Língua Resultante de uma Visão Unificada.....	26
1.4 Universalidade dos Empréstimos Lingüísticos	35
2. O LIVRO DIDÁTICO E OS EMPRÉSTIMOS LINGÜÍSTICOS	
2.1 Perspectiva Histórica dos LD.....	42
2.2 O Papel do LD no Contexto Escolar.....	48
2.3 Concepção de Linguagem/Língua nos LDP	52
2.4 Conceituação de Empréstimo Lingüístico	58
2.5 A Abordagem dos Empréstimos Lingüísticos nos LDP	63
3. EMPRÉSTIMOS LINGÜÍSTICOS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE PORTUGUÊS	
3.1 Empréstimos Lingüísticos: Transmissão, Tipos e Usos	71
3.2 Descrição dos Empréstimos Lingüísticos nos LDP	82
3.3 Aspectos Relevantes sobre os Empréstimos Lingüísticos	86
CONCLUSÃO	92
BIBLIOGRAFIA.....	96
ANEXOS.....	105

INTRODUÇÃO

Constantemente, nós falantes de língua portuguesa, deparamo-nos com termos e/ou expressões provenientes de outros idiomas, principalmente da língua inglesa. Tal fato pode ser constatado tanto através dos vários veículos de comunicação quanto em manuais de aparelhos eletrônicos, trabalhos científicos e livros em geral.

Os empréstimos lingüísticos ocorrem em todas as línguas, possibilitam o seu enriquecimento e, em muitos casos, o preenchimento de algumas lacunas. Porém, é necessário que os usuários da língua receptora sejam devidamente esclarecidos a respeito desses recursos léxicos que muitas vezes causam confusão ao serem utilizados pelos falantes, por se tratar de formas com estrutura diferente ao da língua que os recebeu.

Assim, para proporcionar aos usuários da língua portuguesa esse conhecimento, analisamos a forma de adoção dos empréstimos lingüísticos em livros didáticos de português (LDP) de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e como esse

processo lingüístico é abordado nesses materiais, já que esses constituem, segundo Coracini (1999:17), em muitos casos, “a única fonte de consulta e de leitura dos professores e dos alunos”.

Essa análise possibilitou verificar qual é o ponto de vista dos autores e se eles desenvolvem um trabalho produtivo e revelador sobre o assunto. Tal constatação ajudará aos professores da disciplina a lançar um olhar crítico sobre o material e, se necessário, proporcionar atividades adicionais para preencher as lacunas que possa apresentar.

Poderá contribuir também para os autores, atuais e futuros, dos livros didáticos, reverem alguns conceitos e refazerem sua abordagem desse fenômeno lingüístico, tão superficialmente tratado.

A pesquisa iniciou-se com o levantamento e a seleção bibliográfica para embasamento teórico. Em seguida, foi feita a coleta das ocorrências dos empréstimos lingüísticos nos textos dos LDP de 5 coleções, perfazendo 20 livros analisados.

A escolha dessas coleções se deu pelo fato de terem sido aprovados pelo Programa Nacional de Livro Didático (PNLD). Uma das coleções, apesar de ter a venda suspensa, foi utilizada ainda por escolas particulares em 2002: é o caso da coleção *Português Através de Textos*, Magda Soares.

Na coleta, foram analisados todos os textos e trechos de textos que apresentavam títulos. Foram considerados também os empréstimos que ocorreram em mais de um texto, isso significa, portanto, que um mesmo item lingüístico participou mais de uma vez na contagem.

A dissertação está estruturada em 3 capítulos. No primeiro capítulo, *Empréstimo Lingüístico: Ideologia*, discutimos a *língua como instrumento ideológico*,

assim como os *empréstimos* que podem servir para *delimitar* grupos, a visão de uma língua *homogênea* o que faz surgir uma *política da língua* voltada para os interesses de alguns e mostra que tal processo lingüístico é comum a todas as línguas naturais. No segundo capítulo, *O Livro Didático e os Empréstimos Lingüísticos*, apresentamos um panorama *histórico* do LD, além de expormos o *papel* desse material didático no contexto escolar, as *acepções* de *linguagem/língua* adotados pelos LDP e em seguida a *conceituação* de *empréstimo lingüístico* e a *forma de abordagem* proporcionada pelos materiais consultados. O terceiro, *Empréstimos Lingüísticos nos Livros Didáticos de Português*, trata dos *tipos de empréstimos* e como se dá a sua *transmissão*, além de fazer uma descrição dos empréstimos nos materiais didáticos em discussão e mostrar alguns aspectos relevantes dos elementos analisados. Por último temos a conclusão.

Esperamos que este trabalho contribua para um maior conhecimento sobre esse processo lingüístico tão polêmico e pouco compreendido pela sociedade: o empréstimo lingüístico.

No trabalho, utilizaremos as seguintes siglas:

ABL: Academia Brasileira de Letras

COLTED: Conselho do Livro Técnico e Didático

CNLD: Comissão Nacional do Livro Didático

FAE: Fundação de Assistência ao Estudante

FENAME: Fundação Nacional do Material Escolar

GT: Grupo de Trabalho

INL: Instituto Nacional do Livro

LD: Livro Didático

LDP: Livro Didático de Português

PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais

PNLD: Programa Nacional do Livro Didático

PNME: Programa Nacional do Material Escolar

SNEL: Sindicato Nacional dos Editores de Livros

USAID: United States Agency for International Development (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional)

1. EMPRÉSTIMO LINGÜÍSTICO: IDEOLOGIA

1.1 Língua como Prática Social

O uso de uma língua não é neutro, como também a palavra que traz em si múltiplos sentidos e implicações. Britto (2002: 135) afirma que “a idéia de que as palavras nomeiam e, simplesmente porque no-meiam, o sentido está dado – de que elas não são prenes de sentidos outros além daqueles que eu supunha tão ingenuamente -, essa idéia faz com que eu seja traído pela língua, seja manipulado pela língua”. É essa língua que representa uma rede de significados que se manifesta no discurso e, este, por seu turno, é sempre ideológico. É com o discurso ideológico que nos preocuparemos neste capítulo.

Há duas concepções predominantes de ideologia. A primeira “como falsa consciência, isto é, como criação de ilusão ou como ocultamento da realidade social”(Barros, 1988: 148 e 150), a outra, interpreta ideologia como visão de mundo que, por sua vez, corresponde

“a um sistema de valores que define normas e regras de condutas sociais. A ideologia, assim concebida, determina-se também em relação às classes sociais e suas práticas, pois cada visão de mundo prende-se a um dado grupo, cujos elementos compartilham os mesmos valores, pensam e agem de modo semelhante. (...) A diferença (...) está no fato de que a ideologia como visão de mundo permite relativizar a “verdade”, ao mostrar que há vários saberes ligados às diferentes classes, e reconhecer contradições em cada forma de ver o mundo, especialmente na visão dominante, criticando-a e a ela resistindo”.

Van Dijk (1985: 29 - 30), também defende duas definições de ideologia como sendo “range from the relatively innocuous “system of ideas” or “worldview” to more contested ones such as “false consciousness” or “ideas of the dominant, ruling class”. Este analista do discurso também esclarece que

“the relation between language and ideology depends on the category of discourse. An linguistic form considered in isolation has no specifically determinate meaning as such, nor does it possess any ideological significance or function. It is because linguistic forms always appear in a text and therefore in systematic form as the sign of the system of meaning embodied in specific discourse that we can attribute ideological significance to them. The defined and delimited set of statements that constitute a discourse are themselves expressive of and organized by a specific ideology. That is, ideology and discourse are aspects of the same phenomenon, regarded from two different standpoints”.

(a relação entre língua e ideologia depende da categoria do discurso. Uma forma lingüística considerada isoladamente não tem significado específico, nem contém qualquer significação ou função ideológica. Isto pelo fato das formas lingüísticas sempre ocorrerem num texto e, de modo sistemático como sinal do sistema de significado expresso em discurso específico é que nós podemos atribuir um significado ideológico para os mesmos. Os conjuntos definidos e delimitados das sentenças que constituem um discurso são eles mesmos expressos e organizados

por uma ideologia específica. Isto é, ideologia e discurso são aspectos do mesmo fenômeno, imbuídos de dois diferentes pontos de vista.) (tradução nossa).

O discurso, por sua natureza ideológica, é produzido em um determinado momento histórico-social “e responde às necessidades postas nas relações entre os homens para a produção e reprodução de sua existência em sociedade” (Amaral, 1997: 25).

Assim, ao falarmos de discurso devemos considerar a linguagem como uma prática social, pois, segundo Fairclough (2001), isso implica ver o discurso como um modo de ação em que as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros, como também um modo de representação. A linguagem como prática social possibilita ver o discurso dentro de uma relação dialética com a estrutura social, havendo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. Por outro lado, como afirma Fairclough (2001: 91),

“o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais e em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não-discursiva. (...) O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”.

Dessa forma, o discurso contribui para a construção das identidades sociais, a construção das relações sociais entre as pessoas e para a construção de sistemas de conhecimento e crenças.

Os três aspectos citados, de acordo com Fairclough (2001), correspondem às três funções da linguagem: a *identitária* que tem a ver com os modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso; a *relacional*, como são representadas e negociadas as relações sociais entre os participantes do discurso e a *ideacional*, como os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações.

O autor também afirma que a prática social tem várias orientações: econômica, política, cultural e ideológica e que o discurso pode estar implicado em todas elas. Nesta pesquisa analisaremos o discurso como modo de prática política e ideológica.

No que diz respeito ao discurso como prática política, podemos afirmar, de acordo com Fairclough (2001: 94), que “estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder”. Ambas são, portanto, dependentes uma da outra, “pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder”. A prática política é a categoria superior. O discurso como prática política, além de ser um local de luta de poder, é também “um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologia particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta”.

O discurso tem articulação e rearticulação interna de mesma natureza que as outras formas de prática social. Mas a prática discursiva é especificamente discursiva por se manifestar em forma lingüística, na forma de texto: linguagem falada e escrita. Assim, a prática social (política, ideológica, etc) é uma dimensão do evento discursivo, da mesma forma que o texto. A prática discursiva é uma forma particular da prática social. A prática social pode, em alguns casos, ser inteiramente constituída pela prática discursiva ou em mescla com prática discursiva e não-discursiva.

No que se refere à teoria de ideologia, Fairclough (2001: 116, 117) faz três importantes asserções a esse respeito:

“Primeiro, a asserção de que ela tem existência material nas práticas das instituições, que abre o caminho para investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia. Segundo, a asserção de que a ideologia ‘interpela os sujeitos’, que conduz a concepção de que um dos mais significativos ‘efeitos ideológicos’ que os lingüistas ignoram no discurso (segundo Althusser, 1971: 161, n. 16), é a constituição dos sujeitos. Terceiro, a asserção de que os ‘aparelhos ideológicos de estado’ (instituições tais como a educação ou a mídia) são ambos locais e marcos delimitadores na luta de classe, que apontam para a luta no discurso e subjacente a ele como foco para uma análise de discurso orientada ideologicamente”.

Assim, o autor sustenta que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) nas práticas discursivas em suas várias dimensões das formas/sentidos, contribuindo, portanto, para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. As ideologias das práticas discursivas podem naturalizar-se e atingirem o *status* de ‘senso comum’, tornando-se, assim, mais eficazes. Mas essa estabilidade das

ideologias não deve ser muito enfatizada porque a referência à transformação “aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação. Quando são encontradas práticas discursivas contrastantes em um domínio particular ou instituição, há probabilidade de que parte desse contraste seja ideológica” (ibidem, 117).

O referido autor expõe que a ideologia está presente na linguagem de várias maneiras e em diferentes níveis e que a ideologia é uma propriedade de estruturas e de eventos. Porém, deve-se encontrar uma explicação satisfatória da dialética de estruturas e eventos.

Como a ideologia está presente no discurso que, por sua vez, se realiza nos textos, estes também trazem traços ideológicos, mas, segundo Fairclough (2001), não é possível ler as ideologias no texto, porque os sentidos são produzidos através de interpretações dos textos que estão abertos a diversas interpretações, podendo diferir em sua importância ideológica e porque os processos ideológicos pertencem aos discursos como eventos sociais completos (processos entre as pessoas) não apenas aos textos que são momentos de tais eventos. Contudo, os leitores parecem às vezes bastante imunes aos efeitos das ideologias que estão supostamente nos textos. Assim, a ideologia está presente tanto nas estruturas (ordens de discurso) como nas condições para os eventos, havendo, portanto, a mescla de eventos passados com eventos atuais, reproduzindo e transformando as estruturas condicionadoras.

Em relação aos níveis do texto e do discurso, a ideologia está investida nos sentidos, especialmente nos sentidos das palavras (podendo ser especificados

como conteúdo, em oposição à forma). Porém, não só na palavra há ideologia, mas também em outros aspectos semânticos, como as pressuposições, as metáforas e a coerência. Assim, tanto o aspecto formal do texto quanto o semântico-pragmático podem estar imbuídos de ideologia, pois ambos estão interligados.

As pessoas, muitas vezes, não têm consciência de que suas práticas normais podem estar imbuídas de ideologias específicas: mesmo quando suas práticas contribuem para mudança ideológica não há a compreensão dos detalhes da significação ideológica. Por isso, Fairclough (2001:120) conclui que “essa é uma razão para se defender uma modalidade de educação lingüística que enfatize a consciência crítica dos processos ideológicos no discurso, para que as pessoas possam tornar-se mais conscientes de sua própria prática e mais críticas dos discursos investidos ideologicamente a que são submetidas”.

Mas esse lingüista afirma também que os sujeitos são capazes de agir criativamente fazendo conexões entre as diversas práticas ideológicas a que são expostos, reestruturando-as. Isso dependeria das condições sociais, tal como a estabilidade relativa das relações de dominação.

Questiona-se, porém, se todo discurso é ideológico. Ainda para Fairclough (2001:121), as investidas ideológicas ocorrem nas práticas discursivas quando estas incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder. Mas nem todo discurso é irremediavelmente ideológico. Mesmo sendo todos os discursos abertos em princípio ao investimento ideológico em nossa sociedade, não quer dizer que todos os tipos de discursos apresentem uma carga ideológica no mesmo grau. “As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por

diante, e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia”.

Sobre o discurso ideológico nos LDP, podemos verificar que muitas vezes há nos textos e nas atividades propostas pelos materiais, a presença implícita e explícita de um discurso que retrata uma relação de poder. Em se tratando de textos com empréstimos lingüísticos, podemos constatar que por trás desses usos muitas questões estão atreladas, tais como questões sociais, econômicas e culturais.

Dessa forma, analisando um fragmento de texto extraído de um LDP, a seguir explicitado, perceberemos haver um discurso que retrata uma classe dominante que tem privilégios materiais, podendo, portanto, usar a linguagem ocorrente no texto, constituída de termos estrangeiros da área da informática. O referido texto corresponde a uma entrevista feita pelos jornalistas da *Veja*, com sete adolescentes.

Veja – Vocês defendem a pirataria?

Rafael – Claro, você desbanca a Microsoft, eles não ficam mais ricos, todo mundo usa freeware e ninguém mais paga por nada.

Felipe – Eu tenho que usar o AutoCAD para a faculdade. Todos os alunos têm o programa nos computadores de suas casas. Alguém pagou 1500 reais por ele? Ninguém. Os programas não precisavam ser tão caros. Eles vendem com muita margem de lucro.

Fernando – Eu jamais pagaria 800 reais pelo Office 98. Prefiro fazer meus trabalhos no bloco de notas ou no Write.

Ugo – Gratuito seria o ideal, mas não precisava ser tão caro.

(Faraco e Moura, v. 8, p. 245)

O texto traz implicitamente uma questão de classe social, pois apenas uma minoria de alunos de classe social desprestigiada tem acesso ao computador, o que nos faz concluir que os adolescentes, citados no texto, pertencem a uma classe média ou alta.

Algumas questões poderiam ter sido levantadas a partir desses comentários dos jovens entrevistados tais como: o porquê dos preços altos dos programas; o que é a Microsoft, o AutoCAD, Office 98 e o Write; qual a provável

classe social desses adolescentes, já que esses programas são tão caros e o aparelho também, o porquê dos termos relacionados à informática serem todos em inglês e até mesmo a questão da pirataria. Mas, esses aspectos não são levados em conta, limita-se apenas a questões lingüísticas, mas de maneira superficial.

Este texto tem como título “Olha o que eles estão falando”. Antes de iniciado, foi feita a seguinte introdução:

Quem nunca ouviu uma conversa de adolescentes vidrados em tecnologia e não entendeu nada? Quem acha que eles falam grego, com sotaque sânscrito? Com certeza, quase todos os pais e até professores. Eles são assim mesmo. Para entender e decifrar esse dialeto da geração internet, VEJA organizou uma mesa-redonda com sete adolescentes. Durante mais de duas horas, os jornalistas de VEJA Eurípedes Alcântara, Thales Guaracy, Eliana Sominetti e Eduardo Nunomura conversaram com eles sobre os mais variados temas – especialmente sobre como eles se relacionam com as novas tecnologias. O resultado, que segue, é um bom guia desse universo paralelo e suas charadas.

(Faraco e Moura, v. 8, p. 240)

Esta introdução nos mostra que há uma linguagem específica da informática, o “dialeto da geração internet”, e que as pessoas que não têm acesso a essa área apresentam dificuldade de compreensão do texto.

Na atividade dessa mesma seção do livro sobre o vocabulário, temos as seguintes questões:

1. O que caracteriza um dialeto? Na sua opinião, o pessoal ligado em computador fala um dialeto?

R. É uma variante de uma língua que, normalmente, não é compreendida por habitantes de outra região do mesmo país, ou por grupos sociais distintos que convivem numa mesma região.

2. Há alguma palavra do texto cujo significado não ficou claro para você? Pergunte a alguém que entenda de computação.

(Faraco e Moura, v. 8, p. 248)

Nestas questões, evidenciou-se que a linguagem da informática apresenta uso específico da língua que nem todas as pessoas entendem, apenas aqueles que lidam com a área. Dessa forma, ainda na questão lingüística poderia ter sido questionado o uso predominante da língua inglesa nos vocábulos relacionados à

informática, estimulando-se, com isso, o senso crítico dos alunos, além de outros aspectos, como o contexto cultural de que esses termos provêm, o contexto histórico e social de uso dos termos em nosso país, entre outros.

1.2 A Visão de uma Língua Homogênea

Considerando que a língua é uma rede de significados e que se manifesta através do discurso e, que este, por sua vez, é sempre ideológico, é que, apesar dos avanços da lingüística, ainda se encontram argumentos a favor do uso de uma língua pura, unificada e homogênea. Algumas áreas como as antropologias cultural e lingüística têm visto as construções sociais relacionadas à língua de uma determinada comunidade através da noção de cultura, ou seja, em função das noções de estrutura e norma. Nessa perspectiva, a cultura “tende a ser vista como um sistema unificado e abstrato de sentidos que orienta a apreensão da realidade e a organização social” (Signorini, 2002:104). A cultura funciona, pois, como “um princípio organizador e regulador das interpretações que dão sentido e consistência à experiência vivida pelo indivíduo e pela comunidade”. Portanto, a língua, nesse contexto, é um produto e um veículo da cultura e é vista como unificada, autônoma e dispendo de coesão interna, compartilhada pelos falantes da comunidade, “mantendo-se no tempo, independentemente de ser objetivada ou não na escrita”, necessitando, por isso, estabelecer um padrão/norma a ser seguido.

Bagno (2000) leva em consideração o caráter jurídico do termo “norma” como regra imposta, modelo/medida, gabarito para avaliação, lei. Por isso, para designar essa concepção de língua, ele propõe a expressão norma-padrão. A essa norma, ele apresenta a acepção fornecida por Dubois (apud Bagno, 2000: 148) em seu Dicionário de Lingüística:

“Chama-se *norma* um sistema de instrução que define o que deve ser escolhido entre os usos de uma dada língua se se quiser conformar a um certo ideal estético ou sociocultural. A norma, que implica a existência de usos proibidos, fornece seu objeto à gramática normativa ou gramática no sentido corrente do termo”.

Esta visão de norma, segundo Bagno (2001a: 9), lingüisticamente falando, é concebida, em nossa sociedade contemporânea, como a *norma culta*, trazendo em si “uma grade de critérios avaliativos para o estabelecimento de *juízos de valor dicotômicos* (certo vs. errado, bonito vs. feio ... etc.)”, o que significa uma língua ideal, que estipula um padrão de correção.

Por outro lado, o autor também afirma que há uma outra visão de *norma culta* que corresponde à linguagem dos falantes cultos resultante de uma prática social. Essa acepção é tomada pelo Projeto NURC, que investiga a norma culta de várias capitais brasileiras. O falante de português formal, para o NURC, é aquele com escolaridade superior completa e *background* biográfico-cultural urbano. Por haver ambigüidade de uso da expressão norma culta, Bagno (2001a) sugere utilizar a expressão *variedades cultas*, sempre no plural, por não haver apenas uma variedade culta em nossa sociedade.

Assim, a norma-padrão seria, portanto, uma idealização de uso que na verdade não se concretiza, ou seja, não seria uma língua-padrão e sim um padrão-língua “uma medida abstrata que serve para medir e avaliar os usos lingüísticos empíricos dos falantes nativos” (Bagno, 2001a: 11). Já as variedades cultas são usos concretos, efetivos realizados por falantes reais. As variedades que não se encaixam nas cultas são consideradas não-cultas, que, por sua vez, são inúmeras também.

Porém, de acordo com Preti (apud Monfredini, 1997: 61), a oralidade culta concebida para os falantes cultos que tem como critério o grau de escolaridade,

apresenta semelhanças de usos com falantes comuns, ou seja, aqueles que não fazem parte do grupo culto. Este é um dado confirmado nas análises do Projeto NURC. Desta forma, o autor redefine o conceito de falante culto:

“é a possibilidade dessa variação de registros (que vai do formal ao coloquial, em função de suas necessidades de comunicação) que nos permite identificar o falante culto REAL e não seu conhecimento maior ou menor da gramática tradicional, conhecimento que se utilizaria muito mais na língua escrita”.

Portanto, a norma-padrão, que consiste numa idealização de língua, é homogênea e isenta de qualquer influência externa, mas que foi edificada tomando como base a linguagem de uma classe dominante em alguma época. Por isso, é a língua considerada nos setores mais influentes da nossa sociedade.

Em todas as sociedades, há a manutenção de uma língua de prestígio implementada pelo purismo que, segundo Thomas (apud Signorini, 2002:101), consiste em “ideologia lingüística que procura inculcar um conjunto específico de atitudes (ou uma certa consciência lingüística) e um código específico de comportamento lingüístico numa dada comunidade de fala e sua descendência futura”. Esse purismo que fez parte da história das línguas européias modernas na década de 40 era controlado por atitudes racionais juntamente com valores como “universalidade, liberdade, e tolerância”. Assim, essa idéia de purismo racionalmente controlado passou a ser usado para o cultivo ou o “desenvolvimento” da língua.

Signorini (2002:102) afirma que essa idéia de uma língua “plenamente desenvolvida”, ou seja, unificada, estável e dinâmica ao mesmo tempo, “tende a redefinir esse conceito tradicional mais amplo de purismo, reduzindo-o ao normativismo de base científica (descritiva) e racional”. Há, porém, a redistribuição das atitudes, das ações e práticas suscitadas e colocadas em jogo pelos processos

de (re)definição da língua nacional, dentro de dois eixos: o irracional e o racional. E por causa dessa redistribuição, os confrontos sociopolíticos e ideológicos “são deslocados para o eixo da confrontação razão e não-razão, ciência e não-ciência, conceito e preconceito, juízo e atitude etc”.

No contexto brasileiro, segundo Signorini (2002: 103), há “a escolha da língua das classes ditas cultas como referência para a normatização “ justificada pelo grau de “desenvolvimento, ou polivalência, e prestígio dessa variedade em relação às demais”, prevendo uma qualidade não comprometida “com o normativo e o purismo militante de uma determinada burguesia” (Corbeil apud Signorini, 2002: 103). Este mesmo autor afirma que “a sobreposição da norma culta ao padrão nacional escapa ao lingüístico, pois diz respeito ao fenômeno mais geral da coerção social nos grupos humanos organizados”.

A língua culta que é referência para a normatização continuará sendo excludente, pois não foi escolhida a partir de critérios lingüísticos, mas por questões de prestígio social, por isso, não haverá lugar para variação. Não havendo preocupação com a variação, também ficam de fora o neologismo e o estrangeirismo. E esse fato é constatado principalmente na escola onde tais fenômenos da língua, muitas vezes, não são sequer mencionados, como afirma Mendonça (2001:255) se referindo às formas “serv serv” ou “serve-serve” existentes nas ruas,

“essas formas também poderiam ser incluídas na reflexão que se faz, na escola, sobre a língua. Isso feito de forma que a língua presente “nas ruas, nos shoppings e lojas” não estivesse tão distante da imagem de língua produzida pela escola. O que se propõe não é que as normas ortográficas não sejam seguidas, mas que os erros, os estrangeirismos, os neologismos sejam objeto de reflexão nas relações de ensino, de forma que, na escola, se estude uma língua viva e não uma língua

morta. Nessas relações, deveria haver espaço para o aparecimento de conflitos ideológicos, de maneira que o sujeito-aluno, a partir da internalização de várias palavras, possa lançar sua contrapalavra”.

Ao se pregar uma língua padronizada, uma imagem cristalizada de uma de suas variedades, como afirma Mendonça (2001), congela-se também a imagem do gênero discursivo o que interfere na produção e interpretação textuais. Há, portanto, nesse contexto, o silenciamento do sujeito, prendendo seu discurso num processo de homogeneização e monologização.

É nessa acepção de língua, homogênea, que podemos situar movimentos em defesa de uma língua de poder numa comunidade e que “reúne o apoio de todo o espectro político partidário da classe dominante em torno de um ideário nacionalista conservador que elege a língua nacional, idealizada como pura e única, para organizar formas simplistas de dizer o mundo social de modo a mantê-lo como gostariam que estivesse, ou seja, livre de diversidade” (Garcez e Zilles, 2001:25).

1.3 Política da Língua Resultante de uma Visão Unificada

Um exemplo concreto de visão de língua homogênea e pura está presente em alguns projetos que intencionam controlar o uso da língua, como os seguintes: o projeto de lei nº 1676/1999¹ – sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa – do deputado Aldo Rebelo, apresentado à Câmara do Deputados (SP); o projeto de lei nº 65/2000 de Jussara Cony, apresentado à Assembléia Legislativa (RS) e o projeto de lei nº 02/01 – que disciplina o uso de palavras estrangeiras em fachadas, vitrines ou placas de estabelecimentos comerciais na cidade do Recife – do vereador Roberto Andrade (PE). Faraco (2001:45), referindo-

¹ Texto substitutivo do projeto em anexo, onde traz uma mudança significativa do projeto original.

se ao projeto nº 1676/1999, afirma que “há, no projeto, um indisfarçável desejo de controle social da pior espécie, daquele que, ignorando a heterogeneidade e a dinâmica da vida cultural, quer impor o homogêneo e o único”¹.

Esses projetos tentam controlar o uso da língua, impedindo que elementos estranhos possam invadir a língua padronizada, especificamente, elementos estrangeiros, que são vistos como ameaça à identidade nacional brasileira. Além do mais, tudo isso é feito ignorando a diversidade lingüística no país e a língua do povo que se diferencia muito do português escrito formal.

Assim, com a presença de termos estrangeiros novos e ainda não padronizados, trabalho feito pela Academia Brasileira de Letras (ABL), controlada pela classe dominante, tais projetos vêm propor equivocadamente a manutenção da nossa identidade nacional, já que vivemos em um mundo cada vez mais globalizado, ou americanizado. Mas, se não se reconhecem as variedades lingüísticas como legítimas e se considera apenas uma variedade, dentre muitas, ou seja, uma idealização de língua que ninguém utiliza, como se pode falar em identidade nacional, como se todos os brasileiros falassem uma única língua e que esta fosse igual e transparente para todos.

Aqueles que defendem o controle da entrada dos empréstimos em nosso idioma acreditam que atualmente essa ocorrência é mais freqüente e mais assustadora do que em outras épocas da língua portuguesa no Brasil e afirmam que a língua já foi mais pura. E essa pureza de que eles falam diz respeito não só aos estrangeirismos, mas à contaminação com as variedades lingüísticas existentes no país. Tal pensamento é equivocado, pois as línguas e os dialetos de uma língua em contato apresentam variações e mudanças dentro da comunidade lingüística e os

¹ Os projetos do deputado Aldo Rebelo – versão modificada – e do vereador Roberto Andrade estão anexados.

empréstimos são naturais na história das línguas. A noção de que há uma língua pura e isenta de influência estrangeira é um mito.

Outra crença equivocada, quando se tenta proteger a língua de palavras estrangeiras, é a de que os empréstimos ao serem adotados pela língua receptora continuam com um caráter estrangeiro, intacto, não podendo se adaptar ao novo sistema lingüístico. Dessa forma, os empréstimos causariam incompreensão àqueles que não conhecem o idioma de origem, ameaçando, por isso, a unidade nacional. Isso equivale dizer que a mesma palavra ou expressão estrangeira dita em língua portuguesa seria compreensível por qualquer cidadão brasileiro, independentemente do nível de instrução e peculiaridades regionais da fala e da escrita, justificativa apresentada pelo projeto de lei nº 1676/1999 antiestrangeirismos.

Esta afirmação não tem fundamento, pois pode ocorrer incompreensão de termos ou expressões escritas ou faladas em português por pessoas que não têm determinado grau de instrução ou por não pertencerem à determinada área de conhecimento. Por outro lado, pode ocorrer que termo e/ou expressão estrangeira seja completamente compreensível por pessoas que não conhecem o idioma, mas pertencem à área de que o estrangeirismo faz parte. Assim, compreender ou não determinadas palavras ou expressões não depende apenas de elas pertencerem a um sistema lingüístico diverso e sim de outros aspectos lingüísticos e extralingüísticos.

A afirmação de que pode haver incompreensão por quem não conhece a língua estrangeira significa dizer que há um processo de exclusão. É evidente que em alguns casos ocorre realmente um processo de exclusão no uso de estrangeirismos, mas o que acontece na realidade no uso da linguagem, como afirma Garcez e Zilles (2001:31), com ou sem estrangeirismo, é a demarcação de

círculos de interlocução e dos grupos sociais aos quais queremos pertencer ou dos quais queremos nos diferenciar. Há, segundo os autores, “diversas maneiras de fazer exclusão pelo uso da linguagem, dentre elas o uso de estrangeirismo – possivelmente, uma das menos eficazes, porque muito evidente (parece bem mais eficaz a exigência de uso da variedade da língua falada pelas classes dominantes como única forma legítima de acesso à mobilidade social e ao poder!)”.

Como a linguagem serve para estabelecer quem pertence a determinado grupo social, é através dela que se dá a competição pelo acesso aos bens sociais numa sociedade, pois é a competência lingüística e comunicativa no uso da língua do poder que possibilita o acesso a bens sociais. O elemento estrangeiro, nesta perspectiva, pode ser um instrumento poderosíssimo, mas que não corresponde o único instrumento lingüístico de exclusão numa sociedade.

Outra questão de extrema importância a ser mencionado no uso de palavras estrangeiras de forma negativa é o esnobismo, que sempre aconteceu em todas as épocas e em vários países, pois as classes dominantes e emergentes buscam um “padrão de excelência” para imitar tanto no sotaque quanto no vocabulário de um dialeto de determinada região ou uma língua estrangeira de prestígio internacional no momento. Por isso, é importante lembrar acontecimentos desse tipo na aristocracia de todo o mundo, no século XIX, que só falava francês; o resto da população falava as línguas nacionais. Já com os romanos da época imperial, a língua grega era a língua de prestígio por veicular uma cultura mais refinada do que a latina. O exagero no uso do empréstimo sempre acontece também, mas é muito difícil impedi-lo através de decreto.

Todas as iniciativas de se estabelecer políticas lingüísticas no Brasil não foram feitas para atender as reais necessidades do povo. Houve o “Diretório dos

Índios” do Marques de Pombal de 1757, que promoveu o português como a única língua do Brasil. Assim, proibiu o ensino e o uso de qualquer outra língua, principalmente, a *língua geral* ou *nheengatu*, de base tupi, que era realmente a língua falada pela maioria da população do Brasil colônia. Era a única língua conhecida pelos índios, negros, mestiços e brasileiros nativos da época. Nesse contexto, o português era falado apenas pelos brancos, que eram a minoria da população, responsável pela administração e exploração do território. Essa proibição causou uma visão de superioridade da língua dos colonizadores em detrimento das demais e a dominação dos colonizadores sobre os colonizados através da língua.

Essa mesma história voltou a se repetir no século XX, na ditadura de Getúlio Vargas, quando foi proibido o ensino do alemão e do italiano nas regiões do Sul do país onde viviam os imigrantes que vieram para o Brasil no século anterior. Havia uma estrutura bem formada para o ensino dessas línguas, que foi destruída pelo governo. Aqueles que ousavam falar sua língua materna cometiam um “crime idiomático” e eram presos e confinados em campos de concentração. As crianças eram obrigadas a denunciar os pais que usavam o alemão ou o italiano na vida doméstica familiar.

Esse controle sobre a língua, principalmente contra influências externas, não acontece apenas no Brasil, mas em várias outras sociedades, como em Portugal que tem a preocupação de defender a língua portuguesa da “invasão” do brasileiro promovida pelas telenovelas brasileiras, segundo Bagno (2001b).

Quanto ao idioma inglês, também há a preocupação de defendê-lo contra elementos estrangeiros, como nos revela Thomas Lounsbury (apud Bagno 2001b: 66,67):

Parece ter havido em cada período do passado, como existe agora, uma nítida apreensão nas mentes de pessoas muito dignas de que a língua

inglesa está sempre numa condição próxima à do colapso, e de que árduos esforços precisam ser empreendidos, e empreendidos persistentemente, a fim de salvá-la da destruição.

Na França, o pensamento de que a língua francesa está em decadência é observada nas expressões que vêm a público como as apontadas por Marina Yaguello (apud Bagno, 2001b:67): “France, ton français fout le camp!” (França, teu francês está dando o fora!), “a língua francesa está se degenerando”. Por isso, há a lei Toubon de proteção ao idioma pátrio e leis que obrigam o uso do francês em todo o círculo de propaganda e venda de bens e serviços – da embalagem à garantia - nas placas, anúncios ou inscrições afixadas nos lugares públicos, nos seminários e congressos (mesmo com tradução simultânea). As publicações em outro idioma devem trazer um resumo em francês, assim como os contratos de trabalho e, evidentemente, no ensino.

Ao propor o projeto de lei nº 1676/1999 o deputado Aldo Rebelo quis promover uma política lingüística, mas uma política lingüística é proveniente de uma escolha, tanto entre diferentes variedades lingüísticas, quanto entre diferentes línguas. É a partir da escolha que se torna possível à planificação lingüística. A distinção entre política e planificação lingüísticas, conforme Calvet (apud Fiorin, 2001:108), está no fato de que a primeira corresponde ao “conjunto de escolhas conscientes efetuadas no domínio das relações entre língua e vida social, e mais particularmente entre língua e vida nacional” enquanto que a segunda corresponde à busca e ao “emprego dos meios necessários para a aplicação de uma política lingüística”. Para uma planificação lingüística é necessária uma política lingüística, mas a recíproca não é verdadeira. A política lingüística parte de escolhas entre alternativas e essa escolha existe em todos os níveis de uso da língua, porém, nem

todos os níveis podem ser planejados lingüisticamente. A planificação está relacionada aos usos oficiais ou públicos da língua, não aos usos cotidianos de comunicação informal, “que são regidas por fatores muito complexos de natureza sociopsicológica”.

A língua não é apenas um instrumento de comunicação, mas apresenta funções simbólicas importantes dentro de uma comunidade. Dessa forma, a política lingüística se refere muito mais às funções simbólicas da língua do que às comunicativas, pois o que pesa mais na definição de uma política lingüística são as considerações políticas, sociais, econômicas ou religiosas. Por isso, Fiorin (2001:110) afirma que

“o estabelecimento de uma política lingüística começa com a identificação de um problema, que não é de natureza lingüística, mas de ordem política, econômica ou cultural, apesar do que possam achar as pessoas implicadas no processo. Na verdade, quando se diz que estamos diante de um problema lingüístico, estamos pensando na língua como manifestação de uma cultura, que assegura uma função comportamental e simbólica”.

No que se refere ao projeto do deputado, há uma política e uma planificação lingüísticas, pois existe aparentemente um problema lingüístico, que é o conflito português/inglês que acarreta o aparecimento de uma crise no idioma: *a dificuldade de comunicação que terão determinadas pessoas e a descaracterização do idioma*. O fundamento *político ideológico* é a defesa da soberania *nacional*, na luta *antiimperialista*. Temos, aí, um componente nacionalista e um purista.

A validade desse projeto precisa ser analisada, e para isso é importante “verificar se os problemas lingüísticos identificados têm procedência, se a planificação proposta pode atingir os objetivos colimados, se os fundamentos

ideológicos apresentam uma direção conservadora ou progressista” (Fiorin, 2001:113).

Começamos, então, pela concepção de língua que traz o mencionado projeto. Apesar de abordar as diferenças regionais e sobre a fala e a escrita e afirmar que as línguas mudam, o projeto defende uma língua homogênea e estática quando prega a sua unidade. É essencial deixar claro que todas as línguas mudam e apresentam variedades, porque a sociedade de forma geral é variada e está em constante mudança.

No que se refere à *falta de compreensão* por parte de uma parcela dos brasileiros no emprego de palavras de outro idioma, isso já foi abordado, mas podemos salientar que é um falso problema, pois o léxico é aprendido em função de experiência de vida e qualquer pessoa pode aprender o vocabulário ao qual tenha acesso se esse tiver algum sentido para ela.

Em relação à *descaracterização do idioma*, os empréstimos, em sua maioria, passam a ser pronunciados de acordo com o nosso sistema fonológico e usados conforme a morfologia e a sintaxe de nosso idioma, por isso não afeta a gramática da nossa língua. Os verbos formados a partir dos substantivos estrangeiros são conjugados de acordo com a nossa morfologia. Não, há, portanto, mudança da sintaxe da língua portuguesa. Além do mais, os empréstimos não alteram o que alguns lingüistas chamam de fundo léxico comum, que continua vernácula. Assim, “estando sólidos a gramática da língua (fonologia, morfologia e sintaxe) e seu fundo léxico comum, não há nenhuma razão para temer qualquer desvirtuamento ou enfraquecimento do idioma em virtude de algumas centenas de empréstimos” (Fiorin, 2001:116).

Quanto aos fundamentos *ideológicos* do projeto que dizem respeito à língua como expressão simbólica da nacionalidade e toma a língua como o lugar da luta antiimperialista, há uma promoção do nacionalismo contra o internacionalismo da globalização. Mas esse nacionalismo, segundo Fiorin (2001:122), é “de um lado, os interesses da burguesia, que ora está a favor da globalização, ora contra, segundo o fato de seus lucros serem ou não atingidos; de outro, os interesses das massas trabalhadoras”. Assim, o autor se posiciona contra o nacionalismo defendido no projeto, “pois a barbárie da nossa época apresenta o paradoxo aparente de que diante de uma globalização econômica e cultural se acentuam os particularismos, que tem levado ao nacionalismo, à xenofobia, aos fundamentalismos, etc”.

É certo que as línguas podem servir como meio de dominação, mas que elas “apenas acompanham a invasão de homens (exércitos), negócios, produtos, costumes” Possenti (2001:165). Assim, teria que impedir a entrada de produtos que trazem consigo os seus nomes e outros elementos lexicais principalmente do campo da informática. Esses produtos que “incrementam em seus usuários valores simbólicos que, no atual estágio de nossa economia, cultura tecnológica e atitudes culturais, são certamente os elementos que mais colaboram para a adoção dos estrangeirismos”. Mas essa não seria a solução. Para proteger realmente o nosso idioma é necessário que nossa economia se torne poderosa e “nossa cultura tão charmosa que nenhuma outra nos tente”.

A presença de empréstimos ajuda a enriquecer o idioma. A soberania político-econômico não tem a ver com entrada de palavras estrangeiras, pois, como afirma Schmitz (2001: 104), “os idiomas são palcos de mestiçagem e de interculturalidade e não devem ser vistos como baluartes ou fortalezas de nacionalidade, pois as nações-estados contêm diferentes etnias com diferentes

identidades”. Assim, os termos estrangeiros na língua portuguesa não são uma ameaça à literatura, música, ao teatro, folclore e à dança do nosso país.

A língua não precisa de legislação porque ela mesma se encarrega de suprir suas próprias carências e necessidades, pois ela é um sistema auto-regulador e aquilo que é desnecessário à língua é descartado. Isso ocorre porque, de acordo com Bagno (2001b: 82,83), “a língua não existe: o que existe são seres humanos, inseridos em contextos sócio-históricos específicos, que querem se fazer entender, interagir, comunicar-se uns com os outros”.

A língua que cada um de nós fala, *materna*, faz parte da nossa identidade individual, daquilo que *somos*, por isso, ao tentar legislar sobre o uso individual da língua, corresponde a uma atitude autoritária, pois interfere naquilo “que a pessoa é como ser humano, é perfeitamente inútil, já que não se pode legislar sobre o que uma pessoa vai ou não pensar. É querer transformar em crime o que a pessoa é e o que ela *pensa*” (Bagno, 2001b:57). Os únicos que realmente poderiam opinar nesta questão tão polêmica são aqueles que utilizam a língua, ou seja, os falantes.

1.4 Universalidade dos Empréstimos Lingüísticos

Contrariamente ao que se pensa, os empréstimos lingüísticos sempre existiram e continuarão a existir em todas as línguas, pois as línguas sofrem variação e mudança a todo o momento dentro da comunidade e essas variações e mudanças acontecem por meio dos contatos entre os dialetos e línguas.

As influências lingüísticas sempre fizeram parte de todas as línguas e isso acontece por vários motivos, como abordaremos detalhadamente mais adiante. Os motivos vão desde a questão do prestígio que a língua tomada como fonte tem até

questões de necessidade, no caso de importações de objetos tecnológicos e da ciência que trazem consigo suas respectivas nomenclaturas estrangeiras.

No contexto brasileiro, de cultura tão diversa, como seria possível identificar o português puro? Pois, os empréstimos aconteceram desde a vinda dos portugueses para o Brasil, onde tivemos a mistura de várias raças de diversas nacionalidades. Durante o Brasil Colônia, para os portugueses falarem com a população utilizaram uma língua conhecida como *língua geral* ou *nheengatu*, indígena, pois era a única língua entendida pelos índios, negros, mestiços e brasileiros nativos que posteriormente foi proibida, como já mencionamos. O português do Brasil recebeu a contribuição, no início de sua colonização, dos substratos indígenas e dos falares africanos, principalmente, no léxico.

No século XIX, no Brasil, começou a haver uma forte influência de outros idiomas, tais como o italiano e o alemão, provenientes da imigração desses povos. Contudo, essas línguas também foram proibidas de serem faladas e ensinadas no governo de Getúlio Vargas.

Nessa mesma época, influências de outras línguas também foram significativas, mas destacaremos a que mais amedrontou os que desejavam uma língua portuguesa pura, por duzentos anos até o início do séc. XX, que foi a influência da língua francesa considerada a grande destruidora do português em Portugal e no Brasil.

Hoje, no Brasil, a língua considerada invasora é a inglesa, pois é esse idioma que mais exerce influência no mundo por causa dos avanços tecnológicos e científicos dos Estados Unidos. É facilmente de ser identificado como estrangeiro por não corresponder a nenhuma língua usada na vida diária de comunidade brasileira. É a língua franca nos dias atuais, que consiste, segundo Bagno (2001b: 79), em

“uma língua internacional que serviu (serve) como instrumento auxiliar de comunicação entre pessoas de lugares e culturas (e línguas) diferentes”.

O apelo da máquina capitalista globalizante é muito forte sobre a mídia da informação, do entretenimento e da publicidade e faz com que esses meios de comunicação explorem as associações semióticas “entre a língua inglesa e o enorme repertório de recursos simbólicos, econômicos, e sociais por ela mediados” (Garcez e Zilles, 2001: 23). Temos em nossa sociedade aqueles que dispõem de uma capacidade enorme de consumo, mas que sofrem de insegurança social, mirando-se, portanto, em modelos externos de consumo, norte-americano ou europeu, e o anglicismo, nesse contexto, serve para marcar a diferenciação competitiva entre os que consomem e os não-consumidores. É a partir daí que surgem muitos empréstimos desnecessários.

Mas o uso de palavras ou expressões estrangeiras, pela comunidade, pode causar atitudes diversas por parte dos falantes, como rejeição ou aceitação. Podendo haver conflitos nas posições políticas e sociais provenientes de diferentes grupos, acarretando, muitas vezes, um discurso equivocado sobre a natureza da linguagem, sobretudo pregando o uso prestigioso e “correto” da língua e sobre a própria vida social da linguagem. Surge o propósito de estabelecer o que é legítimo na língua da comunidade, ou seja, na língua do poder para a manutenção do poder e identificação daqueles que a utiliza.

Mas, aceitando ou não os termos estrangeiros, os próprios falantes decidem se eles permanecem como o original, se desaparecem ou permanecem com algumas modificações. Essa decisão nem sempre é consciente, às vezes, passa despercebida. Quanto à adaptação, ela pode ocorrer nos níveis fônicos,

morfológicos, sintáticos ou semânticos, pois os falantes introduzem os empréstimos em outros contextos tanto lingüísticos quanto culturais.

Ao adotar um empréstimo os falantes de uma comunidade entram em consenso tácito, e decide quanto à legitimidade de um empréstimo depois de certo tempo. Isso torna a língua falada imune a tentativas de controle deliberado por um grupo de pessoas. Assim, “as tentativas de regular, coibir ou promover o uso de uma forma lingüística em detrimento de outra são, portanto, inócuas para os propósitos lingüísticos, embora o discurso que surja do debate a seu respeito não seja sem propósito para o embate político” (Garcez e Zilles, 2001:21).

A modalidade falada é a essência da língua e é através dela que ocorrem mais significativamente as mudanças. Por isso, ao se querer controlar a língua, a escrita fica sendo o modelo a ser seguido, pois os empréstimos adaptados à fonologia do idioma receptor são denunciados pela sua grafia, como podemos demonstrar, a seguir, algumas palavras e expressões extraídas dos textos dos LDP consultados (transcrição adaptada):

<i>Stress</i> [ɛStresi]	<i>hot-dog</i> [Roti-dogi]
<i>Hall</i> [Row]	<i>e-mail</i> [imeiw]
<i>free-shop</i> [fri-Shopi]	<i>making love</i> [mejkin lovi]
<i>shopping</i> [Shopi]	<i>short</i> [SoRti]
<i>Twist</i> [tuiSti]	<i>software</i> [sofiti'weri]

Por outro lado, um empréstimo que está adaptado à escrita, às vezes, não é mais reconhecido como vindo de outra língua como é o caso dos termos a seguir:

Uísque	Caubói
Bassê	Surfe

Por isso, é só esperar que os elementos estrangeiros sejam padronizados na escrita, caso eles permaneçam na língua, para que não sejam vistos mais como estrangeiros. Como afirmam Garcez e Zilles (2001: 18, 19), “uma breve reflexão sobre o que hoje é parte legítima da língua, mas não foi ontem já indica que não é simples dizer o que é português puro, nem é simples dizer como algo deixa de ser um estrangeirismo e passa a ser parte da língua da comunidade”.

Assim, podemos afirmar que a língua se transforma lentamente e é constantemente renovada, realizando um sutil equilíbrio entre ganhos e perdas. Portanto, as línguas possuem uma capacidade de *auto-regulação* dos sistemas que lhe permite manter suas variáveis essenciais diante de mudanças no ambiente interior e exterior. É a partir desse equilíbrio de forças desestabilizadoras e estabilizadoras que se consegue manter o mútuo entendimento entre os falantes.

Outro ponto importante que deve ser salientado é que se pensa que os empréstimos só são usados por pessoas que conhecem a língua de origem. Mas essa suposição é equivocada, pois, segundo Garcez e Zilles (2001), muitas pessoas usam estrangeirismos para marcar alguma coisa que as diferencie, mas na verdade não conhecem quase nada da língua de onde tomam emprestado o estrangeirismo. Isso pode acarretar o uso equivocado dos termos emprestados.

O uso equivocado do estrangeirismo pode causar complicação para quem o utilizou ou para quem está interagindo com este. Isso acontece quando se utiliza palavras inglesas com escrita e/ou pronúncia parecida (falso cognato) com alguma palavra do português pensando terem o mesmo significado, mas que muitas vezes

significam o contrário em português. Outro exemplo é quando se usam conjuntamente palavras do português e do inglês formando expressões redundantes.

Há também equívocos em relação à tradução de termos e/ou expressões do inglês, podemos citar como exemplo o caso de *outdoor* que aqui se refere aos painéis de rua que no inglês esses painéis são denominados *billboard*. *Outdoor* no inglês significa tudo que se refere à mídia exterior.

Algumas formas estrangeiras têm correspondente em português, quando se considera o sistema, mas do ponto de vista do uso, a língua não tem formas vernáculas ou emprestadas como correspondente perfeito. Dessa forma, percebemos que os empréstimos são necessários e que enriquecem a língua, não causando, portanto, nenhum dano à língua receptora, pois os estrangeirismos não afetam as *estruturas* da língua, a sua *gramática*. Não afetam a fonologia, morfologia e a sintaxe da língua que os recebe e nem o seu fundo léxico comum, ou seja, as palavras muito antigas na língua, no caso do português, aquelas que vieram do latim.

O léxico de uma língua é composto pelo conjunto de palavras que ela possui, formado a partir de séculos de intercâmbio com outros povos, outras culturas, outras línguas. Hoje esses intercâmbios são bem maiores, portanto, mais difícil lutar contra os empréstimos. Esse léxico permite verificar o grau de desenvolvimento de um povo, por demonstrar a quantidade e o tipo de conhecimentos que ele detém. É, portanto, o reflexo da vida sócio-econômico-cultural de um povo e contém a cristalização de sua vida material e espiritual. Por isso, Fiorin (2001: 116, 117) afirma que

“O léxico possui um fundo comum, que caracteriza uma língua e é tão resistente quanto à gramática, porque as noções que ele expressa, de um lado, não são afetadas por mudanças econômicas e sociais, e, de outro, porque são de uso geral e coloquial. Esse fundo comum é o sustentáculo da estrutura léxica de uma língua.

O resto do vocabulário pode modificar-se mais ou menos rapidamente, porque reflete a vida socioeconômica de um povo”.

Dentro desse léxico de fundo comum encontramos os substantivos que se modificam e se renovam com mais freqüência porque denominam objetos materiais que servem para satisfazer as necessidades da vida humana. Eles também servem para noções abstratas que estão submetidas a mutações por causa do percurso da história, constituindo-se, portanto, a classe de palavras que mais sofre alterações.

Assim, pudemos constatar que os empréstimos lingüísticos são comuns a todas sociedades e que em toda história das línguas sempre ocorreu esse fenômeno lingüístico e que, nem por isso, o idioma se descaracterizou e nem entrou em caos.

Dessa forma, esse processo lingüístico, deve ser estudado nas suas diversas dimensões para conhecermos seu caráter essencial nas línguas e, assim, deixarmos de pregar uma língua homogênea e unificada nas sociedades, condenando, portanto, o uso de palavras ou expressões estrangeiras.

Por isso, no capítulo que se segue, mostraremos alguns aspectos relacionados aos LD em geral e especificamente aos LDP para nos subsidiar e justificar os enfoques dados ao processo lingüístico analisado e, em seguida, conceituaremos empréstimo lingüístico e demonstraremos as formas de abordagens desse fenômeno pelos materiais analisados.

2. O LIVRO DIDÁTICO E OS EMPRÉSTIMOS LINGÜÍSTICOS

2.1 Perspectiva Histórica dos LD

Antes de demonstrarmos os dados lingüísticos encontrados nos LDP analisados, torna-se importante uma pequena abordagem histórica desse material que nos serviu de *corpus* de análise.

Podemos mencionar como um provável início desse material pedagógico, no Brasil, o séc XIX, onde os textos utilizados no ensino da leitura eram manuscritos, muitos deles documentos de cartórios ou cartas pessoais. As cartas pessoais eram levadas para sala de aula pelos professores e pais de alunos. Tais subsídios didáticos, segundo Silva (2000), traziam fatos e idéias da realidade dos alunos.

Segundo Batista (1998), a produção didática brasileira no início do séc XIX se destinava prioritariamente ao professor, devendo assegurar seu domínio dos conteúdos básicos a serem transmitidos aos alunos e a garantia da ideologia desejada pelo sistema de ensino. Foi só no decorrer desse mesmo século que, de acordo com Bittencourt (apud Batista, 1998), o livro didático passou a ser consumido

diretamente por crianças e adolescentes, passando estes a ter o direito de posse sobre ele.

Silva (2000), relaciona o livro didático (LD) a três fatos políticos: a Revolução de 1930, o Estado Novo e a chamada Revolução de 1964, quando aconteceu a tomada do poder pelos militares.

Com a Revolução de 1930 caiu o valor da moeda brasileira e o livro estrangeiro ficou mais caro, o que proporcionou a competição do livro nacional com o estrangeiro. O nosso livro passou a ter melhor qualidade gráfica proporcionada pela circulação de capital do mercado cafeeiro.

Ainda em 1930, com o fortalecimento do LD brasileiro, houve a criação do Ministério da Educação e Saúde que passou a controlar a educação escolar e o livro didático. Surgiu na mesma década, 1937, o Instituto Nacional do Livro (INL) que tinha a função de cuidar da divulgação e distribuição de obras educacional e cultural, além de se encarregar do planejamento de atividades ligadas à produção do LD.

A contribuição mais significativa, no que diz respeito ao controle do material pedagógico no Brasil, foi o Decreto-lei 1.006, de 30 de dezembro de 1938, que determinou as condições de produção, importação e utilização do LD.

O mesmo decreto-lei criou a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) que teve por finalidade examinar e julgar a qualidade e o conteúdo de todos os livros usados nos programas escolares e para leitura dos alunos em aula.

Alguns autores, como Freitag e Bomény (apud Silva, 2000), consideram que a criação da CNLD teve como objetivo controlar a política ideológica do LD em vez de uma função meramente didática ou pedagógica, pois o decreto-lei mencionado enumerou alguns itens em que estabelecia a não aceitação dos livros pelo Ministério da Educação. Os itens estavam relacionados à questão político-

ideológica, deixando as questões didáticas em segundo plano, como podemos observar a seguir a transcrição feita por Silva(2000: 24):

Art. 21. Será ainda negada autorização do uso ao livro didático:

- a. que esteja escrito em linguagem defeituosa, quer pela incorreção gramatical, quer pelo inconveniente ou abusivo emprego de temas ou expressões regionais ou da gíria, que pela obscuridade do estilo;
- b. que apresente o assunto com erros de natureza científica ou técnica;
- c. que esteja redigido de maneira inadequada, pela violação dos preceitos fundamentais da pedagogia ou pela inobservância das normas didáticas oficialmente adotadas, ou que esteja impresso em desacordo com os preceitos essenciais da higiene da visão;
- d. que não traga, por extenso, o nome do autor ou dos autores;
- e. que não contenha a declaração do preço de venda, o qual não poderá ser excessivo em face do seu custo.

Alguns artigos faziam observações de não autorização do uso de livros que não tivessem escritos em língua nacional; ou que, escritos em língua nacional, não tivessem adotado a ortografia oficial.

Apesar do decreto e do órgão responsável pelo controle do LD, a CNLD, não se evitou que o LD transmitisse o ideário estado-novista que se impunha por meio de decretos e ações políticas visando à constituição da consciência nacional e à construção da nacionalidade. O decreto encontrou barreiras burocráticas para a efetivação do controle previsto.

O LD reproduzia o ideário dominante, ou seja, daqueles que estavam no poder político, pois os editores reivindicavam do governo a liberação dos livros sem a autorização da CNLD e sem controle de preços. Isto aconteceu até 1945, quando se estabeleceu nova ordem política. A partir do final de 1945, após a eleição da nova Assembléia Nacional Constituinte, surge o Decreto-lei 8.460, redimensionando funções e hierarquias da CNLD.

Tivemos, em meados de 60, o consumo dos LD brasileiros por jovens adultos professores, formados por uma Faculdade de Filosofia ou uma Escola Normal, vindo, predominantemente, das camadas inferiores e intermediárias das classes médias e seus pais, em sua maioria, médios e pequenos comerciantes, funcionários públicos e empregados de escritórios. O grupo profissional, como um todo, estava em processo de expansão.

Em 1964, tivemos o governo militar, que submeteu a educação brasileira, em especial o LD, às imposições dos acordos MEC-USAID (United States Agency for International Development – Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional), surgindo em 1966 o Conselho do Livro Técnico e Didático (COLTED), órgão colaborador da Aliança para o Progresso, do governo norte-americano. Os acordos MEC-USAID vigoraram até 1968.

Nos acordos com a USAID houve resultados desastrosos e o controle americano nos vários níveis da escola brasileira. Muitos dos livros eram traduzidos do inglês para o português e os produzidos no Brasil tinham um controle rígido de conteúdo.

Em 1966, aconteceu a elaboração de um outro decreto, reformulando o anterior; retira a menção à Aliança para o Progresso e faz com que o Conselho do Livro Técnico e do Livro Didático passe a ser denominado Comissão do Livro

Técnico e do Livro Didático que tem por finalidade, segundo Bomény (apud Silva, 2000: 25, 26) “incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério de Educação e Cultura, relacionadas com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos”. Em 1967, o MEC firma convênio com o SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros) e a USAID, os quais proporcionaram distribuição gratuita de livros a estudantes, instalação de bibliotecas escolares e treinamento de professores.

Houve, nesse contexto, a submissão das editoras na produção didática para, em troca, terem a garantia da COLTED da compra de todo o seu estoque de livros técnicos e didáticos, inclusive daqueles encalhados nos depósitos. O MEC se interessava apenas pelos recursos financeiros e a “assistência técnica” da agência internacional. A política americana estava interessada em evitar a proliferação da doutrina comunista, impondo, no entanto, a sua.

A COLTED foi extinta em 1971 por causa de algumas irregularidades provocadas pela corrupção no órgão que estava acontecendo no país. O LD passou, então, pelas estruturas do Instituto Nacional do Livro e da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME). Mas a corrupção não foi eliminada, as editoras comerciais continuaram pressionando no processo de produção, seleção e distribuição dos livros escolares.

Em 1983, o programa do LD chega à Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) que iniciou a experiência de participação dos professores na escolha dos livros didáticos a serem adotados na sua escola.

Após o regime militar autoritário, tivemos o regime civil democrático, a Nova República que instituiu o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 1985, que tinha por objetivo avaliar o LD e era subordinado à FAE que estabeleceu a

mesma política de escolha do LD do governo anterior, ou seja, com a participação dos professores. No entanto, com o novo governo não houve nenhuma melhora na qualidade pedagógica do LD e de qualificação, por isso, os projetos propostos pelo PNLD foram ineficazes. O PNLD conservou a característica formal de toda a legislação sobre o LD que até então vigorava.

Após aproximadamente quatro anos da instituição do PNLD, o Ministério da Educação instituiu um Grupo de Trabalho (GT) que analisava os conteúdos programáticos e os aspectos pedagógico-metodológicos de livros adequados às séries iniciais do ensino fundamental. O resultado final desse grupo está apresentado em relatórios que constitui o livro *Definição de Critérios para Avaliação dos Livros Didáticos*. Em 1987, surgiu o Programa Nacional do Material Escolar (PNME).

Em 1998, o MEC publicou o Guia do Livro Didático da 1ª a 4ª série e o Guia da 5ª a 8ª série para 1999. No que se refere ao de português, os guias traziam os critérios de análises relativos à natureza dos textos; ao trabalho com o texto, leitura, produção e conhecimentos lingüísticos. Tais materiais, traziam também a relação dos livros recomendados que foram escolhidos a partir de alguns critérios pré-determinados.

De acordo com Souza (1999), o MEC estabeleceu os seguintes critérios para a avaliação dos LD: 1. critérios eliminatórios e 2. critérios classificatórios. Há uma ênfase nos critérios eliminatórios que correspondem a conceitos, informações básicas e pertinência metodológica, além da preocupação de eliminar elementos que levem à discriminação religiosa, racial e social. Já os critérios de classificação se preocupam com os aspectos visuais (ilustração, desenhos, elementos gráficos, etc) e com o livro do professor.

A partir dos critérios eliminatórios e classificatórios, foram produzidos catálogos com uma lista de livros recomendados e não recomendados. Dentre os recomendados temos as seguintes categorias: *recomendados com distinção (***)*, *recomendados (**)*, *recomendados com ressalvas(*)*. Divulgou-se também o documento “Princípios e critérios para a avaliação de livros didáticos da 1ª a 4ª série – PNLD / 2000” através da Secretaria da Educação Fundamental.

Hoje, ainda, permanece a escolha por parte dos professores dos LD que serão utilizados por dois anos letivos. Essa escolha se dá considerando as categorias apresentadas acima elaboradas pelo MEC e a lista de livros recomendados com as categorias explicitadas, com os símbolos estabelecidos.

Após a escolha, os livros são distribuídos gratuitamente às escolas públicas estaduais que, apesar do empenho do MEC, ainda não satisfazem a necessidade da demanda de alunos, sendo, portanto, insuficientes para o uso de todas as instituições.

2.2 O Papel do LD no Contexto Escolar

Observando a história da implementação do LD no Brasil, concluímos que desde o seu início há o envolvimento de questões políticas e ideológicas subjacentes a sua produção e utilização. As mudanças que ocorreram nos livros didáticos foram geradas através de decretos, leis e medidas governamentais, não por grupos relacionados ao ensino. Por isso, as mudanças não ocorreram para atender às necessidades de uma escola que se pretendia popular, a partir de 1930, e sim atender a interesses de gabinete.

Dessa forma, os livros didáticos de português (LDP), ainda nos dias atuais, apresentam abordagens sobre o uso da língua de maneira insatisfatória, não

permitindo, portanto, que muitos fenômenos lingüísticos sejam analisados nos seus diversos aspectos: pragmático, semântico e no estritamente lingüístico também. Por isso, é importante, segundo Gomes de Matos e Carvalho (1984:36), verificar, na análise desses materiais: 1. Se ajuda o aluno “a desenvolver a capacidade de senso crítico? 2. Que estratégias são oferecidas?” e 3. Se possibilita o aluno “a perceber e a respeitar as diferenças nos usos do Português oral e escrito? De que modo?”, aspectos muito relevantes no trato dos empréstimos lingüísticos, entre outras questões.

Tudo isso se faz necessário porque os LDP, nos últimos tempos, vêm assumindo um papel muito importante nas escolas brasileiras, pois, segundo Coracini (1999:17), eles são em muitos casos “a única fonte de consulta e de leitura dos professores e dos alunos”, isso pode ser verificado em pesquisas feitas por diversos estudiosos da lingüística aplicada. Esta constatação faz com que cada vez mais os lingüistas se preocupem com os vários aspectos envolvidos na efetivação dos manuais didáticos, desde a sua elaboração pelos autores, sua publicação e sua comercialização. Dessa forma, é preciso conhecer melhor esse material que se converteu “na principal referência para a formação e a inserção no mundo da escrita de um expressivo número de docentes e discentes brasileiros e, conseqüentemente, para a construção do fenômeno do letramento do país” (Batista, 1998: 531).

Porém, o problema mais sério, que merece ser destacado é que os livros didáticos (LD), sem excluir os de português, são instrumentos ideológicos, pois de acordo com Souza (1999) a escola é um aparelho ideológico e o LD exerce uma relação social de poder. Faria (apud Silva, 2000: 28) constatou que o LD “serve à manutenção dos interesses da classe dominante ignorando os interesses da classe operária”.

De acordo com Souza (1999:27), a questão ideológica subjacente ao sistema escolar no final do século XIX dizia respeito apenas aos conteúdos transmitidos aos alunos, hoje, no entanto, vários elementos estão envolvidos tais como “a hierarquia e a autoridade, a crença na total objetividade, a questão da avaliação, o caráter compartimentalizado do conhecimento, a prática pedagógica e o saber enquanto sistema de conhecimento fechado”. Assim, temos o sistema escolar como um lugar de conflitos diversos onde o livro didático corresponde a uma problemática indispensável para reflexão.

Há a crença equivocada de que o LD seja a máxima autoridade, onde se apresenta a verdade indiscutível, suprema. O papel do professor neste contexto é apenas transmitir o que tal material traz e ao aluno cabe o papel de assimilar o que lhe foi transmitido inquestionavelmente.

As editoras, por seu turno, publicam o livro que vai fazer sucesso, ou seja, aquele que venderá mais exemplares e isso está intimamente ligado ao padrão a ser seguido pelas editoras a fim de manter a ideologia do estado, continuando a servir, portanto, de aparelho ideológico.

A questão do LD envolve outros aspectos também, entre eles a ética capitalista relacionada com a globalização que tem como valores o lucro, a utilidade imediata, o servilismo de uns em proveito do poder de outros. Dessa forma, nem professores nem alunos têm o direito de escolha. A liberdade, nesse contexto, é um bem de consumo, uma construção do capitalismo, ilusória e enganadora.

Assim, há, de acordo com Coracini (1999), a visão de que a ética não existe na sociedade atual e que não há sujeitos livres, indivíduos conscientes e participantes e sim sem capacidade julgadora. Por outro lado, a crença de que o que impera é a ética do capitalismo, a ética da globalização.

Portanto, segundo a autora, o LD é criação da história e do momento sócio-político em que vivemos e colabora, juntamente com a escola, para a manutenção dessa ideologia homogeneizante que disciplina e uniformiza o que é heterogêneo, complexo, conflituoso e difuso, como o discurso, a aprendizagem e o sujeito. Para reverter essa situação seria necessário compreender que a realidade é sempre múltipla e deslizante, e que não há verdades absolutas, mas inúmeras interpretações e que ninguém é detentor da verdade e sim um porta-voz de uma interpretação possível. Dessa forma, possibilitaria uma ética revolucionária que resistiria a todo sistema totalitário e qualquer tentativa de manipulação.

Quando a ética do capitalismo se tornar a ética revolucionária, que pode perfeitamente ser proporcionada pela escola, certamente, ocorrerão mudanças na sala de aula e, conseqüentemente, nos livros didáticos e no modo de perceber o processo ensino-aprendizagem. Nesse contexto, o LD não passará mais a ser visto “como um produto de consumo que merece o mesmo tratamento ético que a merenda escolar (cf. Souza), professores e alunos não serão mais vistos como meros consumidores, empacotados e rotulados para servirem de parâmetro para a concepção de “novos” (embora sempre velhos) materiais de consumo” (Coracini, 1999). E sim como um instrumento que “desenvolve um importante papel no quadro mais amplo da cultura brasileira, das práticas de letramento¹ e do campo da produção editorial e compreende, conseqüentemente, diferentes dimensões de nossa cultura, de suas relações com a escrita e com o letramento, assim como os processos sociais, culturais e econômicos de diferentes facetas da produção editorial

¹ *Letramento* aqui corresponde às “mais diversas práticas da escrita (nas suas variadas formas) na sociedade e pode ir desde uma apropriação mínima da escrita, tal como o indivíduo que é analfabeto, mas letrado na medida em que identifica o valor do dinheiro, identifica o ônibus que deve tomar, consegue fazer cálculos complexos, sabe distinguir as mercadorias pelas marcas, etc., mas não escreve cartas nem lê jornal regularmente, até uma apropriação profunda, como no caso do indivíduo que desenvolve tratados de Filosofia e Matemática ou escreve romances” (Marcuschi, 2001: 25).

brasileira significam também compreender o livro escolar brasileiro” (Batista, 1998: 534). Há também uma dimensão pouco explorada, no estudo interdisciplinar de LD: a humanização. A propósito, veja-se em Gomes de Matos (2002).

É nesse contexto que está inserido o LDP, onde a língua é analisada como um fenômeno estático, homogêneo - como confirmaremos na seção seguinte - mostrada apenas na sua variedade de prestígio, não merecendo destacar outras variedades nem as mudanças lingüísticas. Por isso, alguns processos lingüísticos, como os empréstimos, não são analisados conforme as necessidades dos usuários da língua.

2.3 Concepção de Linguagem/Língua nos LDP

Observando todas as questões mencionadas a respeito da história do LD e de sua produção, comercialização e utilização nos dias atuais, não podemos deixar de verificar qual a concepção de língua subjacente a esses materiais, pois isso possibilitará entendermos melhor o trabalho desenvolvido pelos autores e justificará as abordagens feitas sobre o fenômeno lingüístico que estamos estudando.

Mas, primeiramente, recorreremos às teorias lingüísticas atuais para explicitarmos as concepções de linguagem e língua que adotaremos em todo desenrolar da pesquisa. Assim, começemos abordando a questão da organização coletiva que é inerente a todos os seres vivos.

Em geral, os seres vivos se organizam coletivamente para desenvolver atividades para sua sobrevivência. Esse comportamento não é diferente para a espécie humana que se caracteriza pela diversidade e complexidade de suas formas de organização e de suas formas de atividades. A diversidade e a complexidade da organização e das atividades humanas estão diretamente relacionadas à

característica peculiar ao ser humano que é a linguagem. É a linguagem que confere às organizações e atividades humanas o caráter social. A cooperação dos indivíduos na atividade é regulada e mediada por verdadeiras interações verbais e caracteriza-se por um agir comunicativo. Assim, de acordo com Bronckart (1999: 33), a linguagem teria surgido

“sob o efeito de uma negociação prática (ou inconsciente) das pretensões a validade designativa das produções sonoras dos membros de um grupo envolvidos em uma mesma atividade. Portanto, seria na cooperação ativa que se estabilizariam as relações designativas, como *formas comuns* de correspondência entre representações sonoras e representações sobre quaisquer aspectos do meio, isto é, como **signos**, na acepção saussureana mais profunda do termo. Signos que, pelo seu próprio estatuto de formas oriundas de uma negociação, teriam necessariamente reestruturado as representações dos indivíduos, até então idiossincráticas, e as teriam transformado em representações pelo menos parcialmente comuns, compartilháveis, ou ainda *comunicáveis*.”

A linguagem é, primariamente, “uma característica da atividade social humana, cuja função maior é de ordem comunicativa ou pragmática. É só sob o efeito da confrontação do valor *illocutório* das produções dos interactantes que se estabilizam progressivamente os **signos**, como formas compartilhadas (ou convencionais) de correspondência entre representações sonoras e representações de entidades do mundo” (Bronckart, 1999: 34, 35).

Os signos são produtos de interação social (de uso), assim como os textos, por isso, continuam sob a dependência desse uso e os significados que veiculam não podem ser considerados estáveis senão momentaneamente, em um determinado estado sincrônico (artificialmente). Os mundos representados, definidores do contexto das atividades humanas, são construídos a partir desses

textos e signos sempre com significações moventes e é, por isso, que esses mundos se transformam permanentemente.

Quanto à atividade verbal, ela só se realiza mediante a uma língua natural particular. Temos, no entanto, grupos humanos espalhados pelo globo terrestre que elaboram conjuntos de signos que diferem na forma e no significado. Portanto, cada língua apresenta uma semântica própria considerando propriedades particulares para a representação concreta do mundo. É a partir dessa variedade de representações do mundo que surgem variadas culturas humanas.

A língua também é fruto da interação social e de convenções e se utiliza dos signos sempre moventes que representam um mundo particular. Mas a utilização de uma língua num determinado grupo social não é homogênea, pois, de acordo com Bronckart (1999) o grupo apresenta organizações diversas, complexas e hierarquizadas, onde permanentemente se desenvolvem relações de força e conflitos entre grupos sociais com interesses divergentes. Há, portanto, múltiplas formações sociais numa mesma comunidade verbal.

É relevante, nesse momento, uma distinção entre linguagem e língua. Assim, a seguir apresentaremos a definição adotada por Marcuschi (2001b: 20):

- a) A expressão *linguagem* designa uma *faculdade humana*, isto é, a faculdade de usar signos com objetivos cognitivos. A linguagem é um dispositivo que caracteriza a espécie humana como *homo sapiens*, ou seja, como um sujeito reflexivo, pois pela linguagem conseguimos nos tornar seres sociais racionais. Assim, a linguagem é um fenômeno humano, hoje tido como inato e geneticamente transmitido pela espécie.
- b) A expressão *língua* refere uma das tantas formas de manifestação concreta dos sistemas de comunicação humanos desenvolvidos socialmente por comunidades lingüísticas e se manifesta como atividades sócio-cognitivas para

a comunicação interpessoal. Assim, com o termo *língua* referimos sempre uma dada língua natural e histórica particular.

Marcuschi (2001b: 20) também afirma que a língua não é “apenas um código para comunicação, mas fundamentalmente uma *atividade* interativa (dialógica) de natureza sócio-cognitiva e histórica” apresentando, portanto, as seguintes características: heterogeneidade, indeterminação, historicidade, interatividade, sistematicidade, situacionalidade e cognoscibilidade. A língua é, portanto, variada, multifacetada, não monolítica nem uniforme e apresenta outro aspecto importante como a não transparência semântica, pois as línguas “não se esgotam no código sêmio-linguístico, já que são *semanticamente opacas* porque os sentidos por elas transmitidas e nelas geradas não estão nelas especificamente. Existem muitas outras condições de produção que contribuem para a constituição do sentido, além da significação das palavras que compõem as frases e os textos que produzimos”.

Na teoria estruturalista tínhamos a língua bem entendida como sistema ou código. Mas, como já foi citada, a língua é uso, interação entre sujeitos que fazem parte de um contexto histórico e social, numa situação de comunicação muito particular. Temos então a língua sendo considerada dentro de um contexto de uso interativo e não apenas a partir de sua estrutura como abordavam tais teóricos. Estudando a língua nesta perspectiva, estaremos analisando-a na sua diversidade e variação e não ficando, portanto, restritos a informações sobre a língua. Ao abordar os aspectos da diversidade e variação da língua, que tem a ver com diversos fatores como: idade, sexo, classe social, a questão geográfica entre outros, estaremos desfazendo alguns preconceitos em torno da língua e explicitando alguns fenômenos como: regionalismo, vulgarismo, arcaísmo, estrangeirismo, etc. O ensino do uso da

língua requer a construção e reconstrução de sentidos a partir dos processos lingüísticos por meio dos textos. É nesta perspectiva que a língua deve ser abordada nos LDP.

Após expormos as concepções de linguagem e de língua que adotaremos nesta pesquisa, partiremos para a análise das concepções subjacentes aos materiais didáticos em questão.

De acordo com Marcuschi (2001b: 20), poucos LDP se preocupam em expor a noção de língua com que operam. Porém, o que predomina é a língua como “(a) *um conjunto de regras gramaticais* (ênfase no estudo da gramática), (b) *um instrumento de comunicação* (visão instrumental da língua) e (c) *um meio de transmissão de informação* (sugerindo a língua como código)”. Assim, a língua é ainda considerada um sistema de regras determinado, abstrato, regular e homogêneo e tomada como “um simples instrumento de comunicação não problemático capaz de funcionar com transparência e homogeneidade. A dar crédito aos livros didáticos, a língua é clara, uniforme, desvinculada dos usuários, deslocada da realidade, semanticamente autônoma e a-histórica” (ibidem, 2001b: 21). A língua é vista, portanto, apenas como um código.

Após explicitarmos como a língua é tratada nos materiais pedagógicos em questão, é importante verificarmos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) vêem a questão da linguagem e da língua, já que consistem nas diretrizes norteadoras para o trabalho com a linguagem.

Os PCN surgiram em 1997 (1º e 2º ciclos) e em 1998 (3º e 4º ciclos) e foram criados pelo MEC com o objetivo de nortear o ensino fundamental e médio. Os de língua portuguesa propõem que a língua seja trabalhada em função do eixo:

USO → REFLEXÃO → USO

Assim, com o intuito de oferecer os saberes lingüísticos à sociedade, necessários para o exercício da cidadania, é que os PCN abordam a linguagem “como ação interindividual orientada por uma finalidade específica, um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade, nos distintos momentos de sua história” (PCN, 1998: 20). O uso da linguagem, nesta visão, leva em consideração as condições situacionais comunicativas, além das características sociais dos envolvidos na interlocução.

É através da linguagem que se expressam idéias, pensamentos e intenções, estabelecem-se relações interpessoais anteriormente inexistentes e se influencia o outro. Assim, a linguagem conserva um vínculo muito estreito com o pensamento.

“Por um lado, se constroem, por meio da linguagem, quadros de referência culturais – representações, “teorias” populares, mitos, conhecimento científico, arte, concepções e orientações ideológicas, inclusive preconceitos – pelos quais se interpretam a realidade e as expressões lingüísticas. Por outro lado, como atividade sobre símbolos e representações, a linguagem torna possível o pensamento abstrato, a construção de sistemas descritivos e explicativos e a capacidade de alterá-los, reorganizá-los, substituir uns por outros. Nesse sentido, a linguagem contém em si a fonte dialética da tradição e da mudança”. (p. 20)

A linguagem vista dessa maneira pelos PCN, não poderíamos esperar que a língua fosse percebida de outro modo senão como:

“um sistema de signos específicos, histórico e social, que possibilita a homens e mulheres significar o mundo e a sociedade. Aprender a língua é aprender não somente palavras e saber combiná-las em expressões complexas, mas apreender pragmaticamente seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas entendem e interpretam a realidade e a si mesmas” (p. 20).

Os PCN também afirmam que quando interagimos através da linguagem produzimos discurso e para produzir o discurso nos utilizamos de textos orais ou escritos que formam um todo significativo, qualquer que seja sua extensão. O texto é uma seqüência verbal constituída por um conjunto de relações que se estabelecem a partir da coesão e da coerência.

O discurso se organiza considerando as finalidades e intenções do locutor, o contexto situacional e o interlocutor. É a partir desses aspectos que há a escolha do gênero no qual o discurso se realizará. Mas em geral é durante o processo de produção que as escolhas acontecem, nem sempre de maneira consciente. Os gêneros são, portanto, construtos determinados historicamente, constituindo formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura e são caracterizados por três elementos: conteúdo temático, construção composicional e estilo.

Apesar dos PCN trazerem uma mistura de conceitos e paradigmas, referindo-se à linguagem como a expressão do pensamento, como se a língua espelhasse o mundo, e uma diversidade terminológica, percebemos que houve um grande avanço no ensino de língua proporcionado por essas diretrizes nacionais, pois trazem uma concepção de linguagem que induz a pensar a linguagem num conceito mais amplo e apontam para questões antes não abordadas. Trazem, também, uma proposta de formação de sujeito crítico e o discurso como construído a partir de vozes alheias. Mas esse fato não se traduz nos LDP.

2.4 Conceituação de Empréstimo Lingüístico

Percebendo as línguas no contexto de uso e interação, verificaremos que elas sofrem constantes mudanças e variações, pois são dinâmicas como as idéias humanas que estão freqüentemente acompanhando as transformações dos tempos.

Assim, os usuários de um idioma estão sempre criando ou introduzindo novos termos para suprir as necessidades de nomeação. A novidade lingüística pode ser chamada de neologismo que, segundo Carvalho (1983), consiste “de um termo recém-criado ou recém-tomado como empréstimo a uma língua estrangeira ou a um outro domínio”. De acordo com Barros (2001), o neologismo depende de procedimentos **internos** e **externos**. Nos internos temos dois tipos de criação: o **formal** que pode ser criado por meio de formação por composição e o **semântico** que consiste em criar novos sentidos para termos já existentes. Os procedimentos externos são os **empréstimos** feitos de outras línguas. A divulgação do termo empréstimo (borrowing) foi feita por Sapir e Bloomfield. Nos deteremos, portanto, nos empréstimos.

Os termos *empréstimo* e *estrangeirismo* geram alguns conflitos, pois há divergência entre autores, pois uns acreditam que os termos sejam sinônimos e outros apresentam diferença de significação. Por isso, a seguir, mostraremos algumas definições.

Garcez e Zilles (2001:15), tomam o estrangeirismo como “o emprego, na língua de uma comunidade, de elementos oriundos de outras línguas. (...) Trata-se de fenômeno constante no contato entre comunidades lingüísticas, também chamado de empréstimos”. Mas os dicionários apresentam distinção entre os termos e fazem as seguintes definições:

- Empréstimo: (1) Termo usado na lingüística HISTÓRICA e COMPARADA para indicar as FORMAS lingüísticas tomadas de uma outra língua ou DIALETO.(...) Embora não seja tão comum, sons e ESTRUTURAS GRAMATICAIS também podem ser emprestados. Podem ocorrer diversos tipos de empréstimos. Às vezes, tanto a FORMA quanto a significação da palavra são assimiladas com alguma adaptação ao sistema FONOLÓGICO da nova língua: é o caso de *hambúrger*, que veio do inglês *hamburger*. Outras vezes, só a significação é emprestada, mas a forma

é a original: como as palavras usadas na informática, todas elas empregas do inglês – *hardware*, *software*, etc. E existem os casos em que a significação é emprestada mas a forma é adaptada ou traduzida: *super-homem*, do inglês *superman*.

(Crystal, 1985)

- Empréstimo: Adoção de traços lingüísticos diferentes dos de sistema tradicional.

(Aurélio, 2001)

▪ Empréstimo: Incorporação ao léxico de uma língua de um termo pertencente a outra língua (dá-se por diferentes processos, tais como a reprodução do termo sem alteração de pronúncia e/ou grafia (*know-how*), ou com adaptação fonológica e ortográfica (*garçom*, *futebol*).

(Houaiss, 2001)

▪ Borrowing: n. a Word or phrase introduced into a language from another language, as *chaise lounge* into English from the French *chaise longue*. See also loan word.

(Harris e Hodges, 1995)

▪ Borrowing: a word-formation process in which a word or phrase is copied and transferred from one language (or subject field) to another. Borrowing is the natural result of bilingualism, translation and other forms of language contact.

(Hartmann e James, 1998)

▪ Estrangeirismo: palavra ou expressão estrangeira usada num texto em vernáculo, tomada como tal e não incorporada ao léxico da língua receptora; peregrinismo, xenismo.

(Houaiss, 2001)

- Estrangeirismo: palavra, frase ou construção sintática estrangeira.

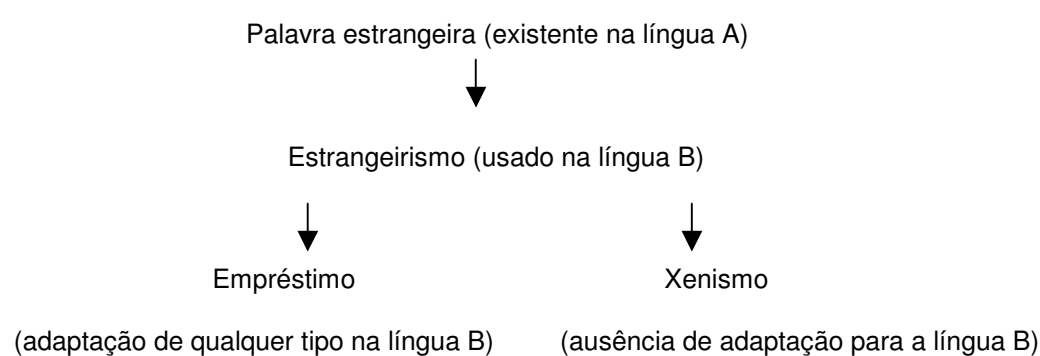
(Aurélio, 2001)

Tomaremos *empréstimo* na definição de Crystal, numa forma mais abrangente de se utilizar termos ou expressões de outra língua ou dialeto, onde pode haver ou não adaptação da palavra no sistema lingüístico receptor e *estrangeirismo* na definição de Houaiss que corresponde ao empréstimo não adaptado à língua receptora que pode ser classificado também como *xenismo*.

Assim, durante a fase de menor e maior aceitação, temos os estrangeirismos que consistem na entrada dos vocábulos na língua receptora. A partir do uso freqüente desses termos novos pelos usuários da língua que os recebeu podemos denominá-los de empréstimos, os quais podem sofrer algumas adaptações ou permanecer de acordo com a língua de origem.

Barros (2001) afirma que apesar de termos critérios estabelecidos para determinar quando se trata de estrangeirismo ou empréstimos ainda não há precisão na determinação. Os critérios são: **lingüístico** (adaptação do vocábulo estrangeiro ao padrão da língua), **de uso** (há maior freqüência de uso nos empréstimos) e **práticos** (a presença ou a ausência do termo nos dicionários da língua).

Segundo Carvalho(2002: 61) a introdução de um termo apresenta quatro fases:



Geralmente, um termo deixa de ser considerado estrangeiro quando não é mais percebido como tal e isso acontece quando a escrita está adaptada, já que na forma fônica sempre sofre adaptação. Quando não há adaptação na escrita o termo permanece sendo um xenismo mesmo com seu uso freqüente. Esses termos no dicionário são registrados na grafia estrangeira, mas com um tipo diferente de entrada, destacados com um sinal gráfico (é o caso do Aurélio) ou com um duplo realce em negrito e itálico (no Houaiss) e com a indicação de sua procedência.

Após as definições, faz-se necessário explicitar, nesta seção, a origem dos empréstimos nas línguas, a partir da visão de alguns lingüistas, para em seguida abordarmos sobre o *corpus* que nos serviu de estudo do processo lingüístico mencionado.

Segundo Carvalho (2002: 13) “o empréstimo lingüístico é tão antigo quanto à história da língua, ou melhor, quanto à própria língua”. Assim, concluímos que as mudanças lingüísticas, ocorridas principalmente através dos empréstimos lingüísticos, são comuns a todas as línguas.

John Lyons (1987: 193-194) afirma ser tal fenômeno lingüístico “de um fator muito mais importante para a mudança lingüística do que supunham os neogramáticos (e muitos dos seus seguidores). Particularmente, o empréstimo, como a analogia, não deve ser visto como fonte de mera explicação para exceções aparentes às leis sonoras”.

Para Mattoso Câmara (1975) embora o empréstimo afete todos os níveis da linguagem dos fonemas ao léxico, e no léxico ocorre extenso processo de mutação, existe um núcleo de palavras cuja substituição através do empréstimo leva muito tempo para se efetivar.

Na década de 30, alguns lingüistas chegaram a acreditar que o empréstimo entre as línguas em contato geográfico era o fenômeno básico da mudança lingüística e que dava lugar ao surgimento de grupos lingüísticos. Por isso, Pisani (1930) aplicou à lingüística do indo-europeu o método da geografia lingüística, delineado para lingüística românica pelo estudioso suíço Jules Gilliéron.

O empréstimo lingüístico é um fenômeno que ocorre entre as línguas e que, segundo Ilari (1997: 149), consiste na “transmissão de formas lingüísticas (sobretudo léxicas)”. Há, portanto, o contato de uma cultura com a outra, pois

nenhum povo pode desenvolver uma cultura autóctone, porque sempre há necessidade de intercâmbio entre os povos.

No que se refere à língua portuguesa, podemos constatar a ocorrência dos empréstimos lingüísticos desde a sua formação. Sabemos que o português se originou do latim vulgar, como afirma Mattoso Câmara (1975: 88): “ficou estabelecido que a verdadeira protolíngua das línguas românicas não poderia ter sido a língua latina empregada nos trabalhos de literatura clássica romana. (...), mas um aspecto popular do latim, do qual temos alusões em trabalhos literários de um tipo mais popular”, mas o latim clássico cultivado em ambientes ligados à igreja, à escola como língua literária também deixou sua parcela de contribuição às línguas românicas. Assim, é interessante mencionar o uso, por pessoas eruditas, de locuções latinas emprestadas, tais como: *mutatis mutandis*, *sine qua non*, usadas como fatores de *status* e prestígio na sociedade.

Mas não foi apenas do latim que a língua portuguesa recebeu influência. As línguas neolatinas, também em formação na época, contribuíram para o seu léxico. Assim, tivemos a influência dos galicismos medievais vindos tanto do norte (o francês propriamente dito) quanto do sul (provençal), do espanhol, do italiano entre outras, e de línguas européias não-latinas e das não-européias.

Após a conceituação de empréstimos lingüísticos, é importante a demonstração das formas de abordagens desses fenômenos nos LDP.

2.5 A Abordagem dos Empréstimos Lingüísticos nos LDP

Tendo em vista a concepção de língua adotada pelos LDP e percebendo os empréstimos lingüísticos como um fenômeno comum a todas as línguas, demonstraremos as abordagens feitas pelos materiais consultados sobre os

empréstimos lingüísticos presentes em seus textos. Na tabela 1, a seguir, observe a quantidade de textos analisados, os textos com empréstimos lingüísticos, os empréstimos encontrados e a sua origem. Dessa forma, podemos analisar melhor as ocorrências das palavras e/ou expressões estrangeiras nos textos e coleções.

Os textos considerados para análise correspondem aos textos completos e/ou adaptados que traziam título, textos com imagens e verbal ao mesmo tempo, tais como: anúncio, propagandas, tirinhas.

Tabela 1

COLEÇÕES	SÉRIES	TEXTOS ANALISADOS	TEXTOS C/ EMPRÉSTIMOS	EMPRÉSTIMOS EMCONTRADOS	ORIGEM DOS EMPRÉSTIMOS
LINGUAGEM NOVA	5 ^a	86	5	6	Inglês, japonês
	6 ^a	91	3	4	Inglês, francês
	7 ^a	80	9	17	Inglês, espanhol
	8 ^a	85	14	112	Inglês, italiano, africano
	TOTAL	342	31	139	-----
PORTUGUÊS ATRAVÉS DE TEXTOS	5 ^a	-----	-----	-----	-----
	6 ^a	55	3	6	Inglês, francês
	7 ^a	57	3	5	Inglês, francês
	8 ^a	39	3	14	Inglês, francês
	TOTAL	151	9	25	-----
PALAVRA ABERTA	5 ^a	116	2	2	francês
	6 ^a	130	4	5	Inglês, francês, italiano
	7 ^a	106	8	9	Inglês, francês
	8 ^a	99	10	15	Inglês, francês
	TOTAL	451	24	31	-----
PORTUGUÊS: LINGUAGENS	5 ^a	136	9	12	Inglês
	6 ^a	166	14	20	Inglês, francês
	7 ^a	156	14	27	Inglês
	8 ^a	186	26	41	Inglês, francês
	TOTAL	644	63	100	-----
ANÁLISE, LINGUAGEM E PENSAMENTO (ALP)	5 ^a	62	8	17	Inglês, francês
	6 ^a	48	6	7	Inglês, francês, italiano, latim
	7 ^a	48	16	23	Inglês, francês, italiano, japonês, latim
	8 ^a	56	5	6	Inglês
	TOTAL	214	35	53	-----
TOTAL GERAL		1802	162	348	-----

Houve a presença do mesmo texto em livros diferentes e a presença do mesmo vocábulo em textos diferentes, inclusive no mesmo livro, mas todos foram considerados. Assim, na soma geral dos empréstimos ocorre a contagem de um mesmo elemento mais de uma vez. O termo que apareceu várias vezes no mesmo texto foi considerado apenas uma vez.

Demonstrado a quantidade de textos com empréstimos e a quantidade de empréstimos, juntamente com a língua fonte, analisemos agora, nos quadros de 1 a 5, que correspondem a cada coleção, como tais materiais abordaram a presença das palavras e/ou expressões estrangeiras nas atividades propostas (o volume que não fez abordagem aos empréstimos presentes em seu texto estará apenas com um traço no quadro).

Quadro 1

VOLUMES	LINGUAGEM NOVA
5	Aborda a origem do termo e/ou expressão. Ex. "a. Identifique na linguagem do garoto, no sexto quadrinho, um índice da influência norte-americana". (p. 197)
6	_____
7	Aborda a origem do termo e/ou expressão, a área a que pertence e pede a elaboração de um glossário com outros termos da área. Ex. "2. A influência da língua inglesa na linguagem utilizada em computação é muito grande. a. Cite três palavras do inglês que aparecem no texto. b. Em grupo, façam um glossário de palavras ou expressões mais utilizadas em computação". (p.143)
8	Aborda a origem do termo e/ou expressão, o significado, o status da língua inglesa, a influência no vocabulário e nas expressões, o uso, o início da influência do inglês, a área de disseminação do idioma, solicitação de pesquisa de outros termos, o neologismo a partir dos empréstimos. Algumas atividades estão demonstradas a seguir. Ex."3. Existem algumas expressões em inglês no primeiro parágrafo que sejam desconhecidas para você? Transcreva-as e pergunte a qualquer pessoa familiarizada com o serviço bancário, que saberá lhe responder. 5. Por que, segundo a autora do texto, é importante utilizar inglês nas instituições bancárias? 6. No terceiro e no quarto parágrafos, o texto mostra que a influência do inglês não se limita ao vocabulário, vai além. De que maneira? Dê exemplos. (p. 146) 6. Muitos neologismos, isto é, palavras novas, são criadas a partir da informática. A autora cita três verbos: <i>deletar</i> , <i>printar</i> , <i>startar</i> . Você conhece outros? Quais? (p.147)

Quadro 2

VOLUMES	PORTUGUÊS ATRAVÉS DE TEXTOS																												
5	_____																												
6	<p>Aborda a origem do termo e/ou expressão, a forma aportuguesada e as letras que não fazem parte do nosso alfabeto.</p> <p>Ex. “Segundo o verbete, bossa é palavra de origem francesa. Francês – bosse = bossa, grafia aportuguesada Outras palavras de origem francesa que aparece no texto: Francês – lingerie = lingerie, usada na grafia francesa Francês – champagne = champanha, grafia aportuguesada Francês – vitrine = vitrina, grafia aportuguesada” (p. 193)</p> <p>“2. Escreva a forma aportuguesada das seguintes palavras. Use seu caderno. <input type="text" value="whisky sandwich Walter York Oswald Wagner yacht yankee"/></p> <p>3. Compare as duas formas das palavras no exercício anterior e conclua: em que letras se transforma a letra y, quando aportuguesamos a palavra? E a letra w? e a letra k?”. (p.204)</p>																												
7	<p>Solicita o aportuguesamento dos termos e/ou expressão e menciona a grande quantidade de termos em inglês no futebol. Sugere no manual do professor a pesquisa de outras palavras dos idiomas em questão.</p> <p>Ex. “1. À medida que se vão incorporando ao português, as palavras francesas começam a ser escritas de forma aportuguesada. ➤ Escreva, em seu caderno, a forma aportuguesada das seguintes palavras francesas. <input type="text" value="atelier bouquet corbeille carnet omelette placard tricot crochet"/></p> <p>2. As palavras ou expressões de origem francesa (em forma aportuguesada ou não) usadas em português são chamadas <i>galicismos</i>. Qual é a origem dessa palavra?</p> <p>4. Escreva a forma aportuguesada das seguintes palavras inglesas incorporadas ao vocabulário do futebol”: <input type="text" value="corner goal penalty score scratch team dribble shoot back crack"/> (p. 69)</p>																												
8	<p>Aborda a origem do termo e/ou expressão, o significado em português.</p> <p>Ex. “2. “... a difícilíssima dangerosíssima viagem de si a si mesmo”. a. A palavra dangerosíssima não aparece nos dicionários; é uma palavra criada pelo poeta. ➤ Copie os quadros em seu caderno e complete-os, mostrando como foi criada a palavra:</p> <table border="1" data-bbox="663 1397 1619 1656"> <tbody> <tr> <td>Em francês</td> <td>Em português</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Studieux</td> <td>estudioso</td> <td>Estudioso</td> <td>estudiosíssimo</td> </tr> <tr> <td>Courageux</td> <td>corajoso</td> <td>Corajoso</td> <td>corajosíssimo</td> </tr> <tr> <td>Précieux</td> <td>precioso</td> <td>Precioso</td> <td>?</td> </tr> <tr> <td>Vénéneux</td> <td>venenoso</td> <td>Venenoso</td> <td>?</td> </tr> <tr> <td></td> <td>LOGO:</td> <td>?</td> <td>dangerosíssimo</td> </tr> <tr> <td>Dangereux</td> <td>?</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p><input type="text" value="Tradução: perigoso"/></p> <p>b. Conclua: qual é o significado de dangerosíssima viagem?</p>	Em francês	Em português			Studieux	estudioso	Estudioso	estudiosíssimo	Courageux	corajoso	Corajoso	corajosíssimo	Précieux	precioso	Precioso	?	Vénéneux	venenoso	Venenoso	?		LOGO:	?	dangerosíssimo	Dangereux	?		
Em francês	Em português																												
Studieux	estudioso	Estudioso	estudiosíssimo																										
Courageux	corajoso	Corajoso	corajosíssimo																										
Précieux	precioso	Precioso	?																										
Vénéneux	venenoso	Venenoso	?																										
	LOGO:	?	dangerosíssimo																										
Dangereux	?																												

Quadro 3

VOLUMES	PALAVRA ABERTA
5	_____
6	Aborda o significado em português. Ex. “[...] tenho visto alguns restos de comida em seu lixo. Champignons , coisas assim...” A palavra destacada está em francês. Como se chama, em português, o alimento a que se está referindo? (p. 214)
7	Aborda o significado em português. Ex. “4. Consulte o dicionário ou o final do livro e reescreva as frases seguintes, substituindo as palavras destacadas por outras equivalentes. c. “[...] eles se mostram muito sensíveis , por exemplo, ao apelo dos comerciais de produtos que dão status – as grifes de tênis, de roupa, os importados – e que dão saúde”. (p. 72)
8	_____

Quadro 4

VOLUMES	PORTUGUÊS: LINGUAGENS
5	_____
6	Aborda o significado em português. Ex. “6. Projetando a sua própria fragilidade no papel, Jimmy cria um novo herói, Mini-man, que possui semelhanças com seu criador. a. O que quer dizer Mini-man em português?” (p. 90)
7	_____
8	_____

Quadro 5

VOLUMES	ALP
5	Aborda a origem do termo e/ou expressão. Ex. “1. no texto, há uma expressão escrita numa outra língua. Qual é e a que língua pertence?” (p. 113)
6	_____
7	Aborda a origem do termo e/ou expressão e a existência de duas formas da mesma palavra. Ex. “Espécie de cão [...]. Originou-se da França” (p. 17) “3. Por que aparecem duas formas de escrita – <i>bassê</i> e <i>basset</i> – para a mesma palavra?” (p. 17)
8	Aborda o significado em português. Ex. “1. Na sua opinião, por que as personagens têm nomes ingleses? 2. Qual o significado da palavra <i>pikup</i> ? Que palavras a substituem atualmente?” (p. 84)

A coleção que trabalhou melhor os empréstimos foi o de Faraco e Moura, ao propor uma análise crítica e um estudo mais aprofundado, desde a leitura do texto até as atividades de compreensão e estudo do vocabulário. Houve a preocupação de analisar os aspectos pragmáticos do texto, não se limitando aos lingüísticos¹. As outras coleções se limitaram, portanto, em abordar o significado do termo e/ou expressão, a origem e, às vezes, o aportuguesamento do vocábulo.

Ao depararmos com o trato dos empréstimos lingüísticos baseado apenas no significado e na origem do termo e/ou expressão, constatamos que a preocupação dos materiais investigados está voltada para a língua como um código e com as informações estritamente textuais, como pudemos comprovar nos exemplos dos quadros demonstrados acima.

Mesmo com abordagens estritamente lingüísticas, a maioria dos materiais analisados não fez uma abordagem satisfatória, pois não se deu a devida atenção ao estudo do nível lexical que, na abordagem dos empréstimos lingüísticos, é de suma importância. Dessa forma, algumas ocorrências lingüísticas passam despercebidas, como as descritas a seguir, extraídas dos LDP, comprovadas na tabela 2 (p. 83):

I – O uso de formas lingüísticas diferentes, coexistentes em língua portuguesa e em língua estrangeira.

- a) *caubói* (aportuguesada) / *cowboy* (inglês)
- b) *uísque* (aportuguesada) / *whisky* (inglês)
- c) *bate-papo* (traduzida) / *chat* (inglês)
- d) *balê* (aportuguesada) / *ballet* (francês)
- e) *bassê* (aportuguesada) / *basset* (francês)

¹ Textos e atividades em anexo.

f) *dogue* (aportuguesada) / *dog* (inglês)

g) *oquei* (aportuguesada) / *ok* (inglês)

II – o uso de neologismo em português formado a partir da língua estrangeira.

b) *acessar*

e) *deletar*

c) *disk-entulho*

f) *printar*

d) *disk-bombeiro*

g) *startar*

III – O uso de palavras escritas da mesma maneira da língua estrangeira de origem (estrangeirismo) com pequena modificação na pronúncia, fazendo parte da língua portuguesa.

a) *jeans* (inglês)

d) *bacon* (francês)

b) *show* (inglês)

e) *shopping* (inglês)

c) *champignons* (francês)

f) *videogame* (inglês)

IV – O uso de expressões em português que parecem seguir a estrutura da língua inglesa (as construções a seguir, formas verbais compostas, apresentam dúvidas quanto a resultarem ou não da influência do inglês, mas as destacaremos).

a) *vamos estar providenciando*

b) *tem sido desligado*

c) *vou estar enviando*

d) *buscar um programa*

Mesmo tendo relevância nas várias comunidades lingüísticas, os empréstimos lingüísticos foram tratados de maneira artificial nos LDP, que, apesar de representar, muitas vezes, o único subsídio para os sujeitos envolvidos no ensino/aprendizagem de língua portuguesa, apresentam um conceito de língua que não sustenta o uso dos empréstimos, deixando-os, portanto, de lado. Mesmo assim, a ocorrência de empréstimos foi uma constante nos textos dos materiais analisados, com exceção do volume 1, da coleção *Português Através de Texto*, Magda Soares.

No capítulo a seguir, abordaremos sobre os empréstimos lingüísticos no que se refere à transmissão, tipo e uso, além da descrição de todos os itens lexicais presentes nos textos dos LDP e alguns aspectos relevantes em torno do apanhado lingüístico.

3. EMPRÉSTIMOS LINGÜÍSTICOS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE PORTUGUÊS

3.1 Empréstimos Lingüísticos: Transmissão, Tipos e Usos

A transmissão dos empréstimos pode acontecer através do desenvolvimento de novas ciências e tecnologias ou até mesmo pela moda. Os países mais desenvolvidos economicamente exercem influência nos demais pela criação de objetos e técnicas novas que necessitam, na maioria das vezes, serem nomeados. A expansão das novidades ocorre rapidamente para outros países, causando-lhes, portanto, influência na sua cultura e principalmente na sua língua.

Os motivos dos usos dos empréstimos são diversos. Segundo Barros (2001), temos: **os contatos lingüísticos** pela necessidade de interação, **a facilidade do empréstimo** em relação à criação de novos termos, **os sentidos específicos dos vocábulos estrangeiros** em relação aos outros neologismos e, conseqüentemente, os papéis diferenciados que tais termos assumem na organização persuasiva e argumentativa do discurso

Mas a adoção dos empréstimos sempre causa estranhamento aos falantes da língua receptora, porque eles apresentam traços lingüísticos diferentes do sistema do idioma que os adotou. Por isso, reações diversas podem ser observadas como: preconceito contra os termos novos ou, então, os usuários consagram de imediato os empréstimos como criativos, inovadores, modernos, jovens. Mas a partir do uso constante desses empréstimos, aqueles que os rejeitaram terminam por desenvolver um grau maior de aceitação e o termo passa a constituir o sistema lingüístico que os recebeu.

As reações de aceitação ou rejeição são explicadas, de acordo com Barros (2001), por quatro fatores que podem influenciar no surgimento desses discursos:

- 1) *a quantidade e a homogeneidade de origem dos estrangeirismos;*
- 2) *os processos de adaptação lingüística que diminuem o impacto causado pelo estrangeirismo;*
- 3) *a necessidade ou o caráter supérfluo do uso;*
- 4) *a valoração positiva ou negativa dos usos de estrangeirismos.*

Em relação às categorias de palavras, existem algumas que são mais receptivas a mudanças. De acordo com Carvalho (2002: 31), as línguas são constituídas fundamentalmente por duas classes de palavras: *as que representam o universo extralingüístico*, formando o léxico da língua, ou seja, os “lexemas ou palavras de significação externa, classe aberta, sempre em expansão, da qual fazem parte, o verbo, o adjetivo, o substantivo e o advérbio nominal”. Palavras que apresentam um forte componente semântico, enriquecendo-se continuamente e relacionando-se com as mudanças do mundo exterior; e as *classes que funcionam*

apenas dentro do sistema lingüístico, “são as palavras de significação interna ou morfemas gramaticais, chamados palavras vazias, palavras-ferramenta, palavras instrumentais, responsáveis que são pela organização e estrutura interna das línguas”. Esse fato é explicado por Staub (1983) da seguinte maneira: “as estruturas fonológica, morfológica e sintática das línguas constituem estruturas relativamente fechadas, isto é, dificilmente incorporam ou aceitam novos fonemas, morfemas ou regras gramaticais. O léxico das línguas oferece, entretanto, uma estrutura menos rígida”.

Assim, os *morfemas gramaticais* são conservadores, com mudanças raras, sendo, portanto, uma classe fechada, constituída pelos artigos, preposições, pronome relativo e alguns advérbios. O advérbio pronominal é uma classe fechada, mas o nominal é enriquecido constantemente por novas formações.

Os *lexemas* que representam a classe aberta e que estão em constante mudança compõem o léxico de uma língua, ou seja, o seu vocabulário que liga a língua ao exterior, refletindo a cultura da sociedade a qual serve de meio de expressão. Esse vocabulário modifica-se constantemente, permitindo que algumas formas desapareçam e surjam outras no correr da história da língua e a relação entre as formas e seus conteúdos também estejam sempre em movimento. Há, porém, nesse processo uma propriedade dos sistemas lingüísticos que é a criatividade que faz com que esses sistemas sejam o veículo de novas representações que surgem continuamente.

A criatividade lingüística é fruto da criatividade humana em outros campos. “Os neologismos criados no setor artístico, científico e tecnológico têm o objetivo de oferecer novos conceitos sobre o universo e assim acompanhar a evolução humana” (Carvalho, 2002: 33).

Assim, o léxico de uma língua tem a possibilidade de se expandir para suprir as necessidades sociais e para isso utiliza mecanismo de ampliação que resulta de dois processos: *o processo de criação dentro da própria língua* e *o processo de adoção e adaptação de um termo de língua estrangeira*.

Como nos deteremos apenas no segundo processo, comecemos, portanto, analisando a questão das mudanças lingüísticas que não pode ser vista apenas do ponto de vista do código, mas percebendo que elas ocorrem por causa das atividades humanas e as mudanças sociais.

A língua não é um produto acabado, ela se refaz considerando modelos anteriores. Mas essas mudanças acontecem para suprir as necessidades dos usuários da língua. Essas necessidades surgem porque as significações não estão todas na língua, por isso, precisa-se de novas significações e, estas, por sua vez, realizam-se em um determinado momento histórico da língua. No caso dos empréstimos lingüísticos, ao serem transmitidos de uma língua para outra sua significação inicialmente fica sendo a mesma, mas em seguida é acrescentada outra conotação à anterior e às vezes outros significados. As significações, portanto, modificam-se e adaptam-se aos novos fatos permanentemente, mesmo os falantes não percebendo esses movimentos. Carvalho (2002: 72) afirma que a palavra estrangeira é monossêmica e referencial no início de sua entrada, “mas transformações de natureza semântica são observadas no processo de transferência. O aspecto semântico está ligado às dificuldades de tradução”. Ao traduzir um termo, ele é transferido para outro sistema lingüístico e cultural o que significa dizer que nem todos os traços coincidem. Dessa forma, nessa transferência, perde-se ou modifica-se muito do significado. Vale registrar que, na terminologia

sobre empréstimos em inglês, destaca-se o termo “loan translation” (tradução por empréstimo).

Na mudança temos a *evolução* que consiste em uma mudança contínua e paulatina dentro do próprio sistema e o *empréstimo*, que faz também parte da mudança, resulta do contato com outros sistemas, ocasionando a adoção de traços lingüísticos diversos de sistema primitivo. A língua da qual se originou o termo é a *língua fonte*, e a que o recebeu, *língua receptora*. O empréstimo poderá ou não sofrer adaptações segundo os padrões da língua receptora.

As causas dos empréstimos podem ser divididas em dois grupos, segundo Carvalho (2002:51): aquelas devidas ao contato interpessoal, à convivência dos falantes e aquelas devidas aos contatos à distância, mediatizados por canais artificiais. Nas primeiras temos a proximidade territorial, a colonização de um povo por outro e as guerras de conquistas. Nas segundas, a influência e intervenção política e cultural (a chamada colonização cultural) que se traduz na interferência lingüística.

Bloomfield (1951) classifica os empréstimos lingüísticos em *íntimos*, *culturais* e *dialetais*. O *íntimo* é proveniente da convivência de duas línguas no mesmo território. Há, nesse contexto, a dominância de uma língua sobre a outra. A língua que domina é marcada por termos emprestados da outra, que forma o *substrato* lingüístico. Podemos citar como exemplo desse tipo de empréstimos, no contexto brasileiro, em alguma época de nossa história, os provenientes das línguas francesa, italiana, africana, inglesa, japonesa e espanhola demonstradas, respectivamente, a seguir, nos fragmentos extraídos dos textos dos LDP (grifo em negrito nosso).

- a) “Então, precavidos, não passaremos diante das **vitrinas**”.
“Sirva nossa **lingerie** como **champanha**; é mais leve e mais espumante”. (Soares, v. 6, p. 193)

- b) “**Odor di femmina**: eis o que ele aspirava nela, e em volta dela, para incorporá-lo em si próprio”. (Faraco e Moura, v. 8, p. 195)
- c) “Que leve um **oriki** do meu velho **orixá**
Ao porto de um disquete de um micro em Taipe”. (Faraco e Moura, v.8, p. 250)
- d) “O primeiro **gangster** chegou na janela, apontou a metralhadora para a rua [...]”. (Cocco e Hailer, v.7, p. 65)
- e) “Nascido no Japão em 1863, desde cedo ele se interessou pelo **jiu-jitsu**”. (Faraco e Moura, v.5, p. 158)
- f) “Na serra, assim como em todo Piauí, a seca foi uma das piores dos últimos anos, agravada pelo fenômeno do **El Niño**”. (Faraco e Moura, v.7, p. 114)

O empréstimo *externo* ou *cultural* resulta dos contatos políticos, sociais, comerciais e militares entre os povos. São os mais freqüentes nos dias atuais. Podemos considerar os citados acima com exceção da influência africana.

O *dialetal* realiza-se entre as variedades lingüísticas de uma língua, ou seja, variantes regionais, sociais e jargões especializados. Neste não nos deteremos.

Como já mencionamos, a maioria dos empréstimos é de natureza lexical, quase não havendo empréstimos fonológicos ou morfossintáticos e estes quando ocorrem, surgem em forma de calque e são mais observáveis na língua escrita. Não há em nossa língua a introdução de sufixo e prefixos atualmente.

Os empréstimos lexicais ocorrem quando objetos, conceitos e situações nomeados em língua estrangeira transferem-se para outra cultura. Assim, o empréstimo não é uma criação lingüística no sentido real do termo, pois a novidade do mundo extralingüístico não acionou a criatividade do falante. Houve apenas a acomodação ou adaptação ao sistema de um elemento de outro sistema.

Esses empréstimos lexicais, ao serem adotados, geralmente sofrem adaptações que podem ser fonológicas e/ou gráficas. Como exemplo de modificação fonológica, podemos citar as palavras estrangeiras encontradas nos LDP, que apresentam consoantes desacompanhadas, iniciais ou finais, que é acrescentado um

e protélico ou paragógico perceptível, sendo adotado na escrita ou não, como podemos comprovar a seguir:

<i>stress</i>	<i>startar</i>	<i>slogan</i>
<i>spray</i>	<i>States</i>	<i>stand</i>
<i>status</i>	<i>skinheads</i>	<i>skate</i>
<i>spread</i>	<i>science</i>	

No que se refere à adaptação gráfica, as letras y, w e k desaparecem geralmente, mas são conservados nos derivados de estrangeirismo, como podemos constatar nos léxicos que apareceram nos textos analisados.

<i>funkeiros</i>	<i>hollywoodiana</i>	<i>darwinismo</i>
------------------	----------------------	-------------------

Após a adaptação fonológica e/ou escrita, os termos, muitas vezes, são tratados como radicais vernáculos, permitindo, portanto, a formação de novos termos por processos de derivação e composição, acontecendo também dos termos, ainda como xenismos, serem utilizados na formação de novos termos através desses mesmos processos, como comprovaremos a partir dos elementos a seguir, retirados dos LDP.

<i>disk-pizza</i> (justaposição)	Micreira (sufixação)
<i>disk-entulho</i> (justaposição)	<i>mini-man</i> (prefixação)
<i>disk-sushi</i> (justaposição)	<i>funkeiros</i> (sufixação)
<i>disk-bombeiro</i> (justaposição)	<i>hollywoodiana</i> (sufixação)
<i>boyzinho</i> (sufixação)	<i>dangerosíssima</i> (sufixação)

Ao ser adotado o termo novo passa por várias fases, como foi dito anteriormente, e durante esse processo o estrangeirismo pode permanecer na íntegra de acordo com a língua doadora, adaptar-se ou ser traduzido. Assim, temos, de acordo com Biderman (1979), a seguinte classificação dos empréstimos do ponto de vista formal:

- a) **Decalque**: consiste na versão literal do lexema modelo na língua originária.
- b) **Adaptação** morfológica, fonética e ortográfica: isso ocorre, em geral, quando o estrangeirismo está sendo adotado há muito tempo pela nossa cultura.
- c) **Incorporação** do vocábulo: com sua grafia e fonética originais.

No *corpus* analisado tivemos empréstimos nas três formas, aqui demonstradas. Como **decalque** tivemos 6 ocorrências (as formas verbais compostas a seguir parecem resultar da influência do inglês):

Servidores	Tem sido desligado
Computador	Vamos estar enviando
Provedores	Buscar um programa

Os **adaptados** foram 35 ocorrências, alguns citados a seguir:

Chopis centis (<i>shopping center</i>)	Nova Iorque (<i>New York</i>)
Uísque (<i>whisky</i>)	Surfe (<i>surf</i>)
Hambúrguer (<i>hamburger</i>)	Caubói (<i>cowboy</i>)
Acessar (<i>to access</i>)	Oquei (<i>ok</i>)

Balê (*ballet*)Dogue (*dog*)Bassê (*basset*)Basquetebol (*basketball*)

Sobre os **incorporados**, tivemos um total de 204 palavras e/ou expressões com adaptação fonética em alguns casos, citaremos os seguintes itens:

*Rock**Internet**Punk**Check-up**Shopping center**e-mail**Lap-top**Show**boy**Jeans**Marketing**designer**home-page**impeachment**orixá**outdoor**slogan**lingerie**software**piercing**apartheid**download**bacon**paparazzo*

Na fase de adaptação, segundo Barros (2001), há diferentes graus, conforme os vocábulos estrangeiros adquiram mais ou menos características próprias da língua que os incorpora, recolhemos itens nas diferentes fases, os quais estão demonstrados a seguir (destaque em negrito nosso):

a) o termo estrangeiro é pouco usado e por isso é, em geral, empregado com marcas gráficas (aspas, itálico, etc) e, para ser entendido, às vezes, acompanhado de tradução entre parênteses.

Ex. "Ramon diz ser o primeiro '**paparazzo**' (que faz fotos indiscretas de famosos) do Brasil". (Cócco e Hailer, v. 7, p. 63)

b) o vocábulo conserva sua grafia original, mesmo sendo muito usado (pode haver manutenção aproximada da pronúncia original ou maior adaptação à pronúncia do português);

Ex. “ – Sabe que fui ao **show** de Michael Jackson?” (Cereja e Magalhães, v. 7, p. 97)

c) há concorrência entre a adaptação ortográfica (o aportuguesamento) e a grafia estrangeira.

Ex. “Viro bicho, **cowboy**, padre, aviador, soldado, jogador de futebol”. (Soares, v.7, p. 15)

“a noiva do **caubói**
era você além das outras três” (Faraco e Moura, v.5, p. 125)

d) o termo está realmente integrado à língua e faz parte de seus usos normais quando: adapta-se, sonoramente, ao padrão fonológico e ao modelo de sílaba da língua receptora, torna-se produtivo na língua que o recebeu, isto é, forma derivados, compostos e neologismo semântico; adota a gramática da língua, demonstrados, respectivamente, a seguir:

Ex. “[...] precisamos comprar várias revistas: de rock, de **surfe**, de esportes [...]” (Cereja e Magalhães, v. 7, p. 152)

“[...] todas as tribos urbanas, como o metaleiros, os **funkeiros**, os punks [...]” (Cereja e Magalhães, v. 7, p. 98)

“Do **disk-pizza** ao **disk-entulho**, passando pelo **disk-sushi** e **disk-bombeiro**”. (Faraco e Moura, v. 8, p. 145)

“Hoje em dia, quando se fala em **computador**, a primeira coisa que vem à cabeça é a Internet?” (Faraco e Moura, v. 8, p. 241)

“**Conecto** sexta-feira e desligo domingo à noite.” (Faraco e Moura, v. 8, p. 244)

e) outro tipo de integração é o decalque, isto é, a tradução literal do termo estrangeiro na língua.

Ex. “Outro: trocar o pretérito ‘foi desligado’ pelo **tem sido desligado**”. (Faraco e Moura, v. 8, p. 144)

Para Weinreich (apud Carvalho, 2002) a forma de adoção pode ser ainda classificada como simples e composta, ambas representadas no exemplo:

a) *Simples*, quando é constituído de uma unidade lexical.

Ex. “Sei de um profissional que passou 32 anos a fio pelo mesmo **hall** do prédio do seu escritório”. (Faraco e Moura, v. 8, p. 159)

b) *Composta*, constituído de mais de uma unidade lexical. Estes, muitas vezes, são adotados como simples.

Ex. “queria saber por que eu não criava ‘um bonito **fox-terrier**’”. (Faraco e Moura, v. 8, p. 176)

Pode acontecer, também, do empréstimo se constituir de duas unidades lexicais na língua de origem e passar a ser uma palavra composta no português, separada por hífen ou um composto sem hífen passa a ter hífen em português. Exemplos dessas ocorrências pudemos constatar nos itens a seguir:

<i>check-up (checkup)</i>	<i>flash-back (flashback)</i>
<i>lap-top (laptop)</i>	<i>silk-screen (silkscreen)</i>
<i>free-shop (free shop)</i>	<i>hot-dog (hot dog)</i>
<i>break-fast (breakfast)</i>	<i>free-lancer (freelancer)</i>
<i>office-boy (office boy)</i>	<i>music-hall (music hall)</i>

Há também o empréstimo semântico, em que o empréstimo é apenas do significado, pois a palavra já existe na língua receptora, mas é tomada com outra acepção, é o caso de *computador, servidor, provedor*.

Outra classificação de empréstimo diz respeito a sua *função, intenção* ou *necessidade* de uso, que são a *denotativa* e a *conotativa*. A primeira tem função referencial e introduz um objeto ou conceito novo na cultura receptora, de acordo

com a cultura exportadora. São impostos pela interpenetração e dominação cultural, provêm geralmente das culturas dominantes.

A segunda, a conotativa, tem função expressiva, sendo um recurso estilístico utilizado como imposição de expressividade, podendo ser social, adotada pela sociedade, ou individual, usada por um determinado falante. Esse tipo de empréstimo projeta admiração por um modo de vida que o falante toma como modelo. A influência pode ser sobre uma sociedade (social) ou sobre um indivíduo (individual). O social depende da moda do momento.

Quanto à forma de derivação, os empréstimos podem ser *diretos*, quando o termo deriva diretamente da língua fonte; *indiretos*, quando o empréstimo tem a língua fonte como intermediária.

De forma geral, a classificação dos empréstimos pode ser apresentada da seguinte maneira, segundo Carvalho (2002):

- Segundo a **origem**: *íntimo, dialetal e externo* (admitindo as subdivisões em anglicismo, galicismo, helenismo, latinismo, italianismo, arabismo, espanholismo etc);
- Segundo a **fase** de adoção: *estrangeirismo, empréstimo e xenismo*;
- Segundo a forma de **derivação**: *direto e indireto*;
- Segundo a **forma** de adoção: *calque, adaptação e incorporação*;
- Segundo sua **função, intenção** ou **necessidade** de uso: *conotativo e denotativo*.

3. 2 Descrição dos Empréstimos Lingüísticos nos LDP

Na tabela a seguir, demonstraremos quais vocábulos e/ou expressões estrangeiras foram encontradas nos textos e sua freqüência de uso.

Tabela 2

EMPRÉSTIMOS LINGÜÍSTICOS	USO	EMPRÉSTIMOS LINGÜÍSTICOS	USO	EMPRÉSTIMOS LINGÜÍSTICOS	USO
rock	9	fund	1	ranking	1
jeans	7	spread	1	ice kiss	1
internet	7	loan	1	heavy metal	1
hippies	5	privacy	1	baby	1
rock'n'roll	5	deletar	1	ice	1
shopping	5	printar	1	dog	1
show (s)	5	startar	1	states	1
status	5	out	1	mini-man	1
uísque	5	in	1	diet	1
basset	4	Nova Iorque	1	yes	1
living	4	Nova York	1	blue jeans	1
marketing	4	break-fast	1	quarks	1
ok	4	cheese-egg	1	wormhole	1
punk(s)	4	best seller	1	designer	1
vitrina(s)	4	PC	1	flash-back	1
camping	3	jingles	1	gays	1
cowboy	3	micreira	1	funkeiros	1
dangerosíssima	3	software	1	skinheads	1
e-mail	3	hall	1	cyborgs	1
hambúrguer	3	fox-terrier	1	cyberpunks	1
site (s)	3	conectados	1	yeah	1
pizza	3	www	1	man	1
acessar	2	servidores	1	spray	1
american way of life	2	buscar programa	um	teen	1
ballet	2	pentium II	1	autoCAD	1
boy	2	IRC	1	impeachment	1
boyzinho	2	chat	1	american airlines	1
caubói	2	ICQ	1	twist	1
CD-ROOM	2	MP3	1	hully-gully	1
champignons	2	CD	1	stress	1
design	2	conecto	1	box springs	1
gentleman	2	freeware	1	sleep center	1
hacker	2	Office 98	1	jazz	1
help	2	write	1	jazzman	1
hollywoodiana(os)	2	windows	1	making love	1
home-page	2	linux	1	science fiction	1
megabytes	2	red hat	1	finn-dorset	1
odor di femmina	2	java	1	darwinismo	1
milk-shake	2	download	1	in vitro	1
outdoor(s)	2	modem	1	estatus	1
ragazzo innamorato	2	chip	1	hot-dog	1
shopping center	2	emoticons	1	pop	1
surfe	2	provedores	1	skate	1
telemarketing	2	website	1	Dry Martini	1

videogame	2	gigabyte	1	Forestier	1
whisky	2	oriki	1	Almadén	1
Cockpit	1	orixá	1	nhoque	1
jiu-jítsu	1	hot-link	1	country	1
oquei	1	macmilícia	1	rush	1
rap	1	video pôquer	1	cooper	1
lockout	1	champanha	1	balê	1
infovias	1	lingerie	1	on the rocks	1
black-tie	1	big	1	mon ange	1
El Niño	1	right	1	short	1
sexy	1	tout-court	1	c'est dommage	1
journals	1	gauche	1	ciao	1
bacon	1	IBM	1	ad judicia	1
slogan	1	D84	1	bassê	1
flipper	1	front-feed	1	dogue	1
trailer	1	barman	1	lycan tropos	1
escort	1	silk-screen	1	paparazzo	1
piercing	1	marchand	1	free-lancer	1
personal banking	1	tableaux	1	gangsters	1
drive thru	1	miller	1	ex-boxeur	1
out of order	1	disc-jockey	1	métier	1
off line	1	misses	1	tae kwon-do	1
hot line	1	bondrink	1	basquetebol	1
rock and roll	1	cocktail	1	rapper	1
on line	1	footing	1	homo ludens	1
cash	1	cog	1	tailleur	1
traveller's check	1	clip	1	apartheid	1
credicard	1	playgrounds	1	champanhe	1
personal manager	1	menu	1	BMW	1
phone banking	1	stand	1	revista-CD-ROM	1
vamos estar providenciando	1	office-boy	1	homo sapiens	1
tem sido desligado	1	cibernética	1	homo faber	1
vou estar enviando	1	dancings	1	bobbys	1
disk	1	disk-sushi	1	pickup	1
disk-pizza	1	disk-bombeiro	1	music-hall	1
disk-entulho	1	sale	1	free-shop	1
paper	1	t-shirts	1	point	1
fashion	1	lap-top	1	computador	1
check-up	1	chopis centis	1	Total com apenas uma ocorrência	245

Observando os empréstimos coletados, pudemos constatar que alguns apareciam com mais frequência e outros que eram pouquíssimo usados. Verificamos, também, que a maioria das palavras de outra língua é incorporada ao

nosso sistema lingüístico de acordo com o idioma de origem ou com pequena modificação fonética, perfazendo 204 palavras e/ou expressões. No que se refere à adaptação, tivemos 35 ocorrências e 6 traduções.

Dentre os empréstimos apresentados na tabela 2, contextualizaremos os três que mais apareceram nos textos, por terem um número significativo de ocorrência (grifo em negrito nosso).

I - ROCK: 9 ocorrências

- a) “[...] guardava o meu bodoque e ensaiava o **rock** para as matinês.” (Faraco e Moura, v. 8, p. 125)
- b) “[...] um tipo de **rock** pesado e agressivo”. (Cereja e Magalhães, v.5, p. 30)
- c) “[...] só preenchida pelo som de **rock** pauleira”. (Cereja e Magalhães, v.7, p. 97)
- d) “[...] precisamos comprar várias revistas: de **rock**, de surfe, de esportes [...]” (Cereja e Magalhães, v.7, p. 152)
- e) “É a vez do punk. **Rock!**” (Cereja e Magalhães, v.8, p. 48)
- f) “Um **rock** suave. Não é um **rock** pauleira”. (Cereja e Magalhães, v.8, p. 104)
- g) “A juventude também se embala no **rock** brasileiro [...]” (Cereja e Magalhães, v.8, p. 125)
- h) “Ao mesmo tempo que a juventude dança ao som de ritmos contagiantes como o **rock**, o *twist* [...]” (Cereja e Magalhães, v.8, p. 126)
- i) “A fera do **rock** [...]” (Cereja e Magalhães, v.8, p. 193)

II - JEANS: 7 ocorrências

- a) “Não viu que ele usa **jeans**?” (Faraco e Moura, v. 5, p. 100)
- b) “Ia eu passando de carro pela Lagoa quando vi na calçada uma moça esperando o ônibus com seu **jeans** e bolsa a tiracolo”. (Faraco e Moura, v. 7, p. 12)
- c) “O ônibus roncava na subida e como era difícil o amor de Mariana, de blusa rala e **jeans** apertado!” (Cabral, v. 7, p. 18)
- d) “São lojas decoradas com fotografias de grandes artistas de Hollywood, que acabam, assim, promovendo moletons, **jeans**, bonés, etc.” (Cereja e Magalhães, v. 6, p. 74)

- e) “Uma delas foi a calça **jeans**, que Jabob Davis criou em 1853 [...]” (Faraco e Moura, v. 8, p. 40)
- f) “Olho para ele, de camiseta preta e **jeans** rasgado [...]” (Cereja e Magalhães, v. 7, p. 97)
- g) “Mas se assim é, por que a mesma cena se repetiu quando entrou outra irmã, impromptamente, de **jeans**, vinda da rua [...]” (Cereja e Magalhães, v. 8, p. 5)

III - INTERNET: 7 ocorrências

- a) “Com o advento dos microcomputadores, da **internet**, dos novos suportes [...]” (Faraco e Moura, v. 7, p. 84)
- b) “A **internet** conquista o mundo”. (Faraco e Moura, v. 8, p. 238)
- c) “Para entender e decifrar esse dialeto da geração **internet**, VEJA organizou uma mesa-redonda com sete adolescentes”. (Faraco e Moura, v. 8, p. 240)
- d) “[...] porque a **Internet** é um espaço compartilhado, que pode nos educar sobre cidadania”. (Faraco e Moura, v. 8, p. 249)
- e) “Não gosto da **Internet** e não quero e-mail”. (Faraco e Moura, v. 8, p. 250)
- f) “[...] junto com as outras instituições, da **Internet**, a rede que hoje liga computadores do mundo inteiro”. (Cereja e Magalhães, v. 6, p. 138)
- g) “Faça a Renovação Antecipada da sua assinatura da **internet** World: um choque de vantagens!” (Cereja e Magalhães, v. 7, p. 133)

3.3 Aspectos Relevantes sobre os Empréstimos Lingüísticos

Alguns usos merecem comentários relacionados ao contexto aos quais pertencem e à dicionarização, por apresentarem duas grafias e outros por serem pouco usados. Por isso, a seguir mostraremos a análise de alguns termos e/ou expressões. Mas, para isso, tomamos como *corpus* de exclusão o Dicionário *Houaiss de Língua Portuguesa*, que apresenta as palavras consideradas estrangeiras destacadas em negrito e em itálico.

I - STATUS / ESTATUS

A palavra STATUS apareceu cinco vezes, todas destacadas em itálico. ESTATUS foi utilizado apenas uma vez em um texto de aluno reproduzido no LD. A palavra foi concebida como um

erro gramatical cometido pelo autor do texto. A dicionarização acontece apenas com a primeira forma, como termo estrangeiro.

II - BASSET / BASSÊ

BASSET apareceu quatro vezes, uma destacada em itálico. BASSÊ apareceu uma vez como título de um texto depois da presença de um outro texto que apresentava a palavra escrita em francês. Na atividade do LD foi solicitado que se colocasse o porquê das duas formas de escrita da palavra. É dicionarizada apenas a forma aportuguesada, mas menciona-se a palavra de origem.

III - WHISKY / UÍSQUE

WHISKY apareceu duas vezes, não destacado. Nas atividades do LD foi solicitado que se aportuguesasse o termo e que fossem mostradas as letras que substituem **y**, **w**, **k** quando aportuguesado. UÍSQUE apareceu cinco vezes, mas não foi abordado pelo LD. As duas formas lingüísticas estão dicionarizadas. A forma original aparece como estrangeira, sem dar-se explicação sobre a expressão ao leitor, remetendo-o à forma aportuguesada. Na entrada aportuguesada expõe-se a forma estrangeira, além das definições.

IV - OK / OQUEI

OK apareceu quatro vezes, não destacada e não foi abordado como termo estrangeiro. OQUEI apareceu uma vez e foi trabalhada em uma atividade como um índice da influência norte-americana **ok**. Há dicionarização apenas da primeira forma como termo estrangeiro.

V - COWBOY / CAUBÓI

COWBOY apareceu três vezes, duas destacadas em itálico, mas não foi abordada pelo LD. CAUBÓI apareceu duas vezes sem também ser abordada. Ambas formas estão dicionarizadas, mas a entrada com a forma original não dá explicação sobre o termo, remetendo o leitor à entrada aportuguesada.

VI - BALLEY / BALÊ

BALLEY apareceu duas vezes, destacada em itálico uma vez. Não é abordada, mas há uma sugestão no manual do professor de trabalhar-se a palavra em sua forma aportuguesada: **balê** (com acento agudo). BALÊ (com acento circunflexo) apareceu apenas uma vez, mas foi abordado. Apenas a forma **balê** está dicionarizada, apresentando a definição e a etimologia da palavra.

VII - NOVA YORK / NOVA IORQUE

NOVA YORK apareceu uma vez sem destaque. Apesar de parecer estranha essa mistura de português e inglês, assim a utilizou o autor de um texto no LD que estava criticando o uso de leis para controlar a língua. NOVA IORQUE apareceu uma vez no mesmo texto para substituir a forma anterior. Nenhuma das formas está dicionarizada.

VIII - CHAMPANHE/CHAMPANHA

CHAMPANHE apareceu uma vez, sem destaque, e não foi abordado. CHAMPANHA apareceu uma vez e foi abordada como forma aportuguesada. Há duas entradas no dicionário: **champanhe**, onde apresenta as definições e mostra a etimologia da palavra (champagne) e apresenta a forma adaptada (champanha) e **champanha**, que remete ao champanhe.

IX - SHOPPING CENTER / CHOPIS CENTIS

SHOPPING CENTER apareceu duas vezes, uma destacada em itálico. Não foi abordado pelo LD. CHOPIS CENTIS é o título da letra da música dos Mamonas Assassinas que foi utilizada para tratar-se de uma variedade lingüística. Apareceu apenas uma vez, sem destaque. Somente a primeira forma está dicionarizada, que apresenta a definição e a etimologia da expressão considerada estrangeira.

X - ROCK'N'ROLL / ROCK AND ROLL

ROCK'N'ROLL apareceu cinco vezes, realçados em itálico, mas não abordado. ROCK AND ROLL apareceu uma vez não destacado e não abordado. Ambas formas estão numa mesma entrada no dicionário. São tomados como expressões estrangeiras, com definições e etimologia respectivas.

XI - DOG / DOGUE

DOG apareceu uma vez, não destacado e não foi abordado. DOGUE uma ocorrência e não abordado. Dicionarizado apenas a segunda forma, em que aparecem a definição e a etimologia da palavra.

XII - CIAO

CIAO tem apenas uma ocorrência destacada em itálico, mas não abordada. Apesar de não aparecer nos LD, a outra forma do termo usada no Brasil é **tchau**. Ambas formas estão dicionarizadas, apresentando definições e etimologias semelhantes.

Além dessas ocorrências, merece ser destacada a questão dos decalques. Algumas formas consideradas decalques já existiam, mas adquiriram outro significado para suprir a necessidade da vida moderna, da atividade tecnológica. Podemos considerá-los também empréstimos semânticos.

I - SERVIDORES: dentre os significados tínhamos:

1 (sXIII) que ou aquele que serve; servente. **2** que ou aquele que é diligente, prestativo, prestimoso. **6** (sXX) INF diz-se de ou computador us. numa rede para proporcionar algum tipo de serviço (como acesso a arquivos ou a periféricos compartilhados) aos demais componentes da rede.

II - COMPUTADOR: dentre os significados tínhamos:

(1789)**1** o que computa; calculador, calculista. **2** INF máquina destinada ao processamento de dados; dispositivo capaz de obedecer a instruções que visam produzir certas transformações nos dados, com o objetivo de alcançar um fim determinado. ETIM rad. do part. *computado* (do v. *computar*) + -or; calcado no ing. *computer*, red. de *eletronic computer* (1962), anteriormente *eletronic brain* 'cérebro eletrônico'.

III - PROVEDOR: tínhamos:

(1337) 1 que ou aquele que provê. **p. de acesso** (sXX) INF empresa ou organização que tem instalada uma conexão de alta capacidade com uma grande rede de computadores, e que põe à disposição de outros usuários o acesso a esta rede, por meio de linhas telefônicas ou cabos, cobrando ou não pelo serviço.

As formas verbais compostas também merecem destaque por serem mencionadas como expressões influenciadas pela estrutura da língua inglesa, apesar de não ter sido comprovado ainda que são realmente influência do inglês. Parece o caso do uso crescente, no português jornalístico escrito, da voz passiva. Assim, temos as seguintes afirmações no trecho de um texto extraído do LDP (texto completo em anexo):

“Deu a mão? A gringa avançou pro braço. Sem convite, foi além das meras palavras. Chegou à estrutura de línguas. Fincou pé nos verbos. Exemplos não faltam. Um deles: substituir o futuro “providenciarei” pelo **“vamos estar providenciando”**. Outro: trocar o pretérito “foi desligado” pelo **“tem sido desligado”**.”

De onde vêm os monstrenços? Das traduções malfeitas. O inglês tem muitas formas verbais compostas. É o caso do *“I’ll be sending”*. Três verbos para dizer nosso simples “enviarei”, traduzido por **“vou estar enviando”**. Há também o *past perfect*. *“The telephone has been disconnected”* quer dizer simplesmente “o telefone foi desligado”. Não tem nada a ver com “tem sido desligado”, que indica uma ação que começou no passado e continua no presente. Com o avanço da informática e do marketing a coisa piorou. A literatura dessas novidades é praticamente em língua inglesa. Nós consumimos as traduções.”

(Faraco e Moura, v. 8, p. 145)

A autora desse texto, ex-professora de língua portuguesa do Instituto Rio Branco, critica a utilização de palavras e expressões da língua inglesa, esquecendo, no entanto, que em outros momentos da história de nosso idioma ocorreu também influência de outros sistemas lingüísticos e que esse processo faz parte de todas as línguas. Além do mais, ainda não ficou comprovado se tais usos são realmente influência do inglês.

Assim, diante desta pesquisa, constatamos que as influências de outros idiomas nos textos dos LDP foram freqüentes e de fontes variadas, com

predominância da língua inglesa do campo da informática, favorecido pelo avanço tecnológico do país norte-americano. Mas, apesar da constante presença de adoção lingüística em seus textos, os LDP não fazem uma análise profunda desse fenômeno em suas atividades, passando, muitas vezes, despercebido. Por isso, é necessário que os professores da área proporcionem enfoques complementares para o trato desse processo lingüístico tão atuante e essencial nas línguas naturais.

CONCLUSÃO

De acordo com Almeida (1992: 97) “a palavra será sempre o indicador mais sensível das transformações sociais, mesmo das que apenas despontam, ou ainda não tomaram forma, não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras, das mudanças sociais”.

Mas essa palavra não pode ser considerada fora do seu contexto de uso e, sim, na língua que, por sua vez, manifesta-se através do discurso. Esse discurso é uma prática social, imbuído de ideologia. Considerando que nenhum discurso é a-ideológico, aqueles que detêm o poder sócio-político-econômico de uma determinada sociedade fazem valer a sua voz, utilizando a língua como um instrumento de proliferação da sua ideologia.

Assim, faz-se necessário tratar da questão ideológica veiculada pelo discurso por haver projetos de lei que pretendem promover e controlar o uso da língua portuguesa e ingenuamente protegê-la contra palavras de outros idiomas. Essa língua é tomada como homogênea e unificada, portanto, isenta de que qualquer influência externa, como a dos empréstimos lingüísticos.

Mas, como enfatizamos, as línguas não precisam ser protegidas desse processo lingüístico que é inerente a todas as línguas. Os empréstimos não são ofensivos no seu emprego usual. Os falantes se encarregam de controlar o fluxo de entrada e permanência do termo e/ou expressão e, se necessário, adaptá-los ou substituí-los por termos da língua receptora.

A adoção de palavras de outros sistemas lingüísticos não afeta a língua portuguesa porque a adoção é basicamente lexical, praticamente não ocorrendo na dimensão fonética nem morfossintática, não modificando, portanto, a gramática da língua. Além do mais, no empréstimo lexical não há modificação do fundo léxico comum, por isso, não descaracteriza a língua.

A utilização dos empréstimos de forma negativa pode ocorrer certamente, mas quando se dá por quem não conhece o idioma fonte, ocasionando, portanto, traduções incoerentes ou elaboração de expressões com palavras do português juntamente com o termo estrangeiro, tornando-os redundantes.

Pode também ocorrer o uso de empréstimos como forma de exclusão, pois o uso da linguagem, com ou sem empréstimo, serve também para demarcação de círculos de interlocução ou de grupos sociais aos quais queremos pertencer ou dos quais queremos nos diferenciar.

O esnobismo é outro aspecto que merece destaque no uso dos empréstimos, mas isso sempre aconteceu em todas as épocas e países, onde as

classes dominantes e emergentes buscam um “padrão de excelência” para imitar tanto no sotaque quanto no vocabulário de um dialeto de alguma região ou uma língua estrangeira de prestígio internacional no momento. Mas em nenhum desses casos de uso abusivo dos empréstimos um projeto de lei irá resolver.

Quanto ao LDP, que muitas vezes é a única fonte de consulta de professores e alunos, verificamos que, apesar de apresentar muitos textos com empréstimos, não oferecem um tratamento adequado sobre o assunto, tratando-o de forma superficial ou deixando-o despercebido. Abordam, em sua maioria, o significado dos termos e/ou expressões e sua origem. Uma abordagem mais consistente encontramos apenas no volume 8, da coleção *Linguagem Nova*, de Faraco e Moura, o qual propôs uma análise crítica e um estudo mais profundo, desde a leitura do texto às atividades de compreensão e de vocabulário. Nesse volume, há uma variedade de textos que tratam do assunto e evidencia-se a análise dos aspectos pragmáticos do texto, não se limitando ao lingüístico.

Mas, a não atenção aos empréstimos pela maioria dos LDP pode ser entendida como resultante da concepção de língua como um código, adotada por esses materiais. Apesar dos autores não se preocuparem em expor a noção de língua, a visão que predomina é a de um sistema de regras determinado, abstrato, regular e homogêneo, desvinculado dos usuários, fora da realidade, semanticamente autônoma e a-histórica e como um instrumento de comunicação.

Na análise dos empréstimos nos materiais didáticos, verificamos que a adoção de palavras e/ou expressões estrangeiras se dá atualmente por influência da ciência e tecnologia, oriundas dos Estados Unidos que exportam suas criações juntamente com as terminologias.

Pudemos constatar, também, que as palavras emprestadas não se originam apenas do inglês – apesar de serem em maior número - mas do japonês, francês, espanhol, italiano, africano e latim.

Na análise geral do *corpus* podemos destacar os seguintes resultados:

- 1802 textos analisados
- 162 textos com empréstimos
- 348 empréstimos (contou-se um mesmo elemento lingüístico mais de uma vez)

Verificamos que os empréstimos se apresentam em sua maioria *incorporada com grafia e fonética originais*; uma menor quantidade de empréstimos *adaptados* na ortografia e na fonética e uma ocorrência muito pequena de empréstimos *decalcados*, ou seja, a versão literal do lexema modelo na língua originária.

Esperamos que esta pesquisa provoque uma reflexão crítica nos leitores sobre a questão analisada e incentive mais investigações relevantes a respeito da problemática interlingüística e interculturalmente universal do empréstimo.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Laura de. *Incidência de anglicismos no discurso jornalístico na área econômica*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 1992.

ALVES, Maria Ieda. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990.

AMARAL, Maria V. B. *Análise do discurso: língua, história e ideologia*. In: LEITURA, Revista do programa de pós-graduação em letras e lingüística: número temático: Análise do discurso – n. 23 (jan/jun 1999). Maceió: Imprensa Universitária - UFAL, 1997

ASSUNÇÃO JÚNIOR, Antônio Pio de. *Dinâmica léxica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

BAGNO, Marcos. *Norma lingüística & outras normas*. In: BAGNO, Marcos (org). *Norma lingüística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001a.

BAGNO, Marcos. *Cassandra, fênix e outros mitos*. In FARACO, Carlos Alberto (org). *Estrangeirismos: guerra em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editora, 2001b.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi. São Paulo: Hucitec, 1929.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARROS, Diana L. P. de. *O uso de termos estrangeiros no Brasil*. (no prelo). São Paulo: USP, 2001.

BARROS, Diana L. P. de. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual, 1988.

BATISTA, Antônio A. G. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In Márcia Abreu (org) *Leitura, história e historia da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Textos: seleção variada e atual*. In: DIONISIO, Ângela Paiva & BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs). *O livro didático de português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Ensino de língua portuguesa e contextos teórico-metodológico*. In: DIONISIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna R. & BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. *Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Filologia e lingüística portuguesa*. N. 2. São Paulo, 1998.

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York, Henry Holt, Rinehart and Winston, 1951.

BRITTO, Luiz Percival L. *Língua e ideologia: a reprodução do preconceito*. In: BAGNO, Marcos (org). *Lingüística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Anna R. Machado, Pericles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *História da lingüística*. Petrópolis: Vozes, 1975.

CARVALHO, Nelly. *Linguagem jornalística: aspectos inovadores*. Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco, Associação de Imprensa de Pernambuco, 1983.

CARVALHO, Nelly. *Transferência de tecnologia e intervenção cultural e lingüística*. Revista Ciência e Cultura, v 37 (11), p 1832-1839. São Paulo, 1985.

CARVALHO, Nelly. *A terminologia técnico-científica: aspectos lingüísticos e metodológicos*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1991.

CARVALHO, Nelly. *Empréstimos lingüísticos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1989.

CORACINI, Maria J. R. Faria. *O livro didático nos discursos da lingüística aplicada e da sala de aula*. In: CORACINI, Maria J. R. Faria (org). *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático*. Campinas: Pontes, 1999.

CRYSTAL, David. *Dicionário de lingüística e fonética*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar Editor Ltda, 1985.

DAMASCENOS, Elizabeth & MELLO, Eliana Meneses de. *Léxico e produção de sentido(s) em sala de aula*. Salvador, 53ª Reunião da SBPC. 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. *Lingüística histórica*. São Paulo: Ática, 1991.

FARACO, Carlos Alberto. *Guerras em torno da língua - questões de política lingüística*. In FARACO, Carlos Alberto (org). *Estrangeirismos: guerra em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editora, 2001.

FIORIN, José Luiz. *Considerações em torno do projeto de lei nº 1676/99*. In FARACO, Carlos Alberto (org). *Estrangeirismos: guerra em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editora, 2001.

GARCEZ, Pedro M. & ZILLES, Ana M. S. *Estrangeirismos: desejos e ameaças*. In FARACO, Carlos Alberto (org). *Estrangeirismos: guerra em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editora, 2001.

GOMES DE MATOS, Francisco & CARVALHO, Nelly. *Como avaliar um livro didático: língua portuguesa*. São Paulo: Pioneira, 1984.

GOMES DE MATOS, Francisco. *Comunicar para o bem: rumo à paz comunicativa*. São Paulo: Editora Ave Maria, 2002.

GUEDES, Paulo Coimbra. *E por que não nos defender da língua?* In FARACO, Carlos Alberto (org). *Estrangeirismos: guerra em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editora, 2001.

HARRIS, T. I. & HODGES, R. E. *The Literacy Dictionary: the Vocabulary of Reading and Writing*. Newark, Delaware: International Reading Association, 1995.

HARTMANN, R. R. K. and JAMES, Gregory. Dictionary of Lexicography. London: Routledge, 1998.

HOUAISS, Antônio & VILLAR, M. de S. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

LYONS, John. *Linguagem e linguística*. Rio de Janeiro, Guanabara S.A. 1987.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001a.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco "falada"*. In: DIONISIO, Ângela Paiva & BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs). *O livro didático de português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001b.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONISIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna R. & BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MENDONÇA, Maria Célia. *Língua e ensino: políticas de fechamento*. In MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. V. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

MONFREDINI, Tany Mara. *Norma e variação lingüística no ensino de português: ciência e senso comum na construção do saber docente*. (dissertação de mestrado). Recife: UFPE, 1997.

OLIVEIRA, Ana Maria P.P. de. & ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998.

POSSENTI, Sírio. *A questão dos estrangeirismos*. In FARACO, Carlos Alberto (org). *Estrangeirismos: guerra em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editora, 2001.

REBELO, Aldo. *Culta, bela e ultrajada: um projeto em defesa da língua portuguesa*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1999.

SCHMITZ, John Robert. *O projeto de lei nº 1676/99 na imprensa de São Paulo*. In FARACO, Carlos Alberto (org). *Estrangeirismos: guerra em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editora, 2001.

SECRETARIA DO ENSINO FUNDAMENTAL. *Parâmetros curriculares nacionais de língua portuguesa: 3º e 4º ciclos*. Brasília: MEC, 1998.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA. *Parâmetros curriculares nacionais: linguagens, códigos e suas tecnologias. Ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

SIGNORINI, Inês. *Por uma teoria da desregulamentação lingüística*. In BAGNO, Marcos (org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SILVA, Rafael Moreira da. *Textos didáticos*. Campinas: Editora Alínea, 2000.

SOUZA, Deusa Maria de. *Autoridade, autoria e livro didático*. In: CORACINI, Maria J. R. Faria (org.). *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático*. Campinas: Pontes, 1999.

STAUB, Augustinus. *O empréstimo lingüístico – um estudo de caso*. Porto Alegre: Liv. Ed. Acadêmica, 1983.

VAN DIJK, Teun A. *Handbook of Discourse Analysis: Discourse analysis in society*. Volume 4. London: Academic Press, 1985.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis. *Lições de filosofia portuguesa*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1964.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Livraria Almeida, 1994.

ZILLES, Ana Maria S. *Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos*. In FARACO, Carlos Alberto (org.). *Estrangeirismos: guerra em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editora, 2001.

COLEÇÕES CONSULTADAS

CABRAL, Isabel C. M. *Palavra aberta*. São Paulo: Atual, 1995.

SOARES, Magda. *Português através de textos*. São Paulo: Moderna, 1990.

CEREJA, William Roberto & MAGALHAES, Thereza A. C. *Português: linguagens*.
São Paulo: Atual, 1998.

FARACO & MOURA. *Linguagem nova*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

CÓCCO, Maria F. & HAILER, Marco A. *ALP: Análise, linguagem e pensamento: a diversidade de textos numa proposta socioconstrutivista*. São Paulo: FTD, 1993.